

# Acção Socialista



N.º 1319 13 Janeiro 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

## ENTREVISTAS



### Capoulas Santos “PS sairá de Espinho mais forte e coeso”

É com “enorme prazer” e “honra” que Capoulas Santos preside, uma vez mais, à Comissão Organizadora do Congresso. Da próxima reunião magna de Espinho espera que saia um “PS mais forte, coeso e unido do que nunca na sua pluralidade”, com um projecto capaz de “responder com êxito aos desafios com que Portugal e os portugueses estão confrontados”.

20

### Marcos Perestrello “Pagámos o que havia a pagar”

O saneamento financeiro, a melhoria da qualidade de vida dos lisboetas e a recuperação da cidade têm sido as prioridades do actual Executivo socialista que preside aos destinos da autarquia alfacinha, refere o vice-presidente da Câmara de Lisboa, Marcos Perestrello, que culpabiliza o PCP e o PSD pelo avançado estado de degradação das escolas da capital.

10



### Isabel Santos “Não estou na política para combates fáceis”



12

### Geração de Ideias Cientistas e investigadores debatem a Ciência de Amanhã

19

### Governo Redes de nova geração para 1,5 milhões de portugueses até ao final do ano

5

Colaboram neste número:  
Bravo Nico, Carlos Zorrinho, Horácio Antunes, Jorge Almeida, José Junqueiro, José Luís Carneiro, Luís Miguel Ferreira, Luís Pita Ameixa, Miguel Ginestal, Ramos Preto, Ventura Leite

# XVI'09

CONGRESSO NACIONAL



27, 28 Fev. e 1 Mar Nave Polivalente de Espinho

## OPINIÃO

AUTÁRQUICAS  
2009. NOVIDADESLUÍS PITA AMEIXA  
Deputado do PS

*A conclusão política a tirar para os candidatos é que as campanhas eleitorais (em sentido lato) se irão interpenetrar e contaminar entre si, e face a isso devem adequar as respectivas estratégias*

ESTE ano de 2009 teremos a eleição geral dos órgãos das autarquias locais.

Será a décima vez que estas eleições gerais se realizarão dentro do nosso actual regime constitucional, desde 1976.

Os portugueses serão convocados para votarem a composição das assembleias municipais e das câmaras municipais e, igualmente, a composição das assembleias de freguesia de onde, posteriormente, numa eleição de segundo grau, há-de sair a composição das juntas de freguesia.

Os presidentes dos órgãos executivos (Câmara, no município, e, junta, na freguesia) serão logo apurados como os cabeças das listas mais votadas na eleição universal.

Há, ainda, como se sabe, a exceção das freguesias com 150 eleitores ou menos, em que não existe o órgão deliberativo e, assim, só há eleição para a Junta, feita em plenário, constituído por todos os residentes dessa freguesia, inscritos no recenseamento eleitoral. Este plenário assume também todos os demais poderes da assembleia de freguesia, ao longo do mandato, podendo deliberar validamente desde que estejam presentes, pelo menos, 10% dos cidadãos.

Às eleições autárquicas podem apresentar candidaturas os partidos políticos, sós ou coligados ou, ainda, grupos de eleitores.

O dia da eleição terá de recair entre 22 de Setembro e 14 de Outubro, conforme estipula a lei, obrigatoriamente, num domingo ou num feriado.

Logo, os dias possíveis são apenas 27 de Setembro e 4, 5 ou 11 de Outubro.

Quem marca é o Governo, e tem de o fazer com uma antecedência de, no mínimo, 80 dias. Portanto, na mais tardia hipótese, terá de decidir até 23 de Julho. E, na mais breve, até 9 de Julho.

Uma primeira novidade é que, este ano, calha haver também eleição da Assembleia da República e o calendário legal desta sobrepõe-se, em parte, com o da eleição dos órgãos das autarquias locais.

A eleição legislativa tem de se realizar entre 14 de Setembro e 14 de Outubro, igualmente recaindo em domingo ou feriado nacional.

Os dias possíveis são apenas 20 ou 27 de Setembro e 4, 5 ou 11 de Outubro.

Mas, aqui, quem a marca é o Presidente da República, tendo de obedecer à antecedência, mínima, de 60 dias. Ou seja, terá de decidir, no limite maior, até 12 de Agosto, ou, na hipótese mais breve até 22 de Julho.

Portanto, tendo cada órgão de soberania – Governo e Presidente – a sua competência própria este calendário parece supor a necessidade de consertação nas decisões.

Este quadro legal permite desde a simultaneidade das eleições até um afastamento máximo de 21 dias.

Assim sendo, e seja qual for a solução, a conclusão política a tirar para os candidatos é que as campanhas eleitorais (em sentido lato) se irão interpenetrar e contaminar entre si, e face a isso devem adequar as respectivas estratégias.

Para além deste aspecto curioso (e politicamente importante) da coincidência eleitoral, várias mudanças legislativas, pontuais, que têm vindo a ocorrer, levam a que exista uma série de novidades, quanto às regras a que as candidaturas e os candidatos terão de se adaptar e respeitar, que iremos explicar nos próximos números do nosso "Acção Socialista".

## Entrevista à SIC

## Sócrates vai pedir maioria absoluta nas próximas legislativas



**É "dever" do PS pedir a maioria absoluta nas próximas eleições legislativas porque "é importante a estabilidade governativa", afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, numa entrevista à SIC, onde sublinhou a aposta que o Governo está a fazer no reforço do investimento público e no apoio às famílias e empresas para fazer face à "situação de emergência" resultante da grave crise internacional.**

J. C. CASTELO BRANCO

NUMA entrevista em que salientou por várias vezes a gravidade da "actual crise global, que se vive uma vez na vida", José Sócrates considerou ser fundamental avançar com os projectos que têm sido anunciadas pelo Governo, referindo que "não fazer investimento público neste momento já não é um erro, é moralmente errado".

E reafirmou que as principais prioridades no Orçamento de Estado para 2009 em termos de investimentos são a recuperação do parque escolar, a modernização da estrutura tecnológica, a eficiência energética e a protecção do emprego.

O primeiro-ministro fez questão de salientar que devido à política de consolidação das contas públicas seguida pelo Executivo há agora "uma folga" que permite ao Estado fazer investimentos para ajudar as pessoas e as empresas, tendo como "principal prioridade o emprego".

E acrescentou: "Não sou vidente mas acho que esta é

a receita adequada".

Questionado sobre o endividamento externo de Portugal, Sócrates disse que este é "um problema estrutural", explicando que metade do défice externo diz respeito à nossa dependência energética. Uma situação que, disse, o actual Governo está a inverter, com

uma forte aposta nas energias renováveis. "Portugal é o 5º país da Europa e do mundo e em termos de energias renováveis", disse.

José Sócrates voltou a defender a importância da intervenção feita pelo Estado na banca. "Não quero arriscar a falência de um banco em Portugal", referiu.

"A intervenção do Estado nos bancos foi salvar os portugueses da falência desses bancos. O sistema bancário depende da confiança. Foi para defender os depósitos

que interviemos nos bancos".

Salientando que "é preciso estabilizar o sistema financeiro e apoiar as empresas, garantido-lhes mais crédito", o primeiro-ministro disse que "salvaremos as empresas que pudermos. Temos que defender as empresas que são saudáveis e competitivas".

A primeira entrevista de Sócrates do ano começou com a questão do estatuto político-administrativo dos Açores. Sobre esta matéria o chefe do Governo reafirmou que "nem o PS nem a Assembleia da República ao votarem como votaram não quiseram afrontar ninguém", salientando que "a divergência de pontos de vista" não quer dizer confronto entre órgãos de soberania.

Houve, salientou, divergências em dois artigos, num total de 141, defendendo que "tudo se teria resolvido se

o Tribunal Constitucional tivesse sido ouvido sobre esta questão".

Outro tema abordado na entrevista foi a avaliação dos professores, tendo o primeiro-ministro assegurado que "este processo vai continuar em benefício do sistema escolar e da valorização do estatuto dos professores", acrescentando que o Governo introduziu alterações de

forma a tornar a avaliação "mais simples, menos burocrática", mas "não cometeu, nem cometerá o erro de desistir" da avaliação.

Quanto aos apoios aos agricultores, o primeiro-ministro rejeitou que haja 850 milhões de euros presos no Ministério da Agricultura e lembrou que foram aprovados 160 milhões de euros numa linha para os agricultores que "alavancam 1000 milhões de euros de investimento" no sector.

## Unidade na diversidade

Já na parte final da entrevista, Sócrates fez questão de frisar "o respeito e consideração" que tem pelo militante histórico socialista Manuel Alegre, pelo que este "representa na vida portuguesa, na história do PS e na vida intelectual" do país, "acrescentando que as suas divergências com Alegre "já foram debatidas e esclarecidas no interior do partido". E acrescentou que o seu objectivo enquanto secretário-geral "é promover a unidade do PS com toda a diversidade". E reiterou que Alegre terá sempre lugar nas listas a deputados pelo PS.

Ainda no plano político, o primeiro-ministro manifestou a sua discordância com a realização das eleições legislativas e autárquicas no mesmo dia, sublinhando uma vez mais que "o PS é o grande partido do povo de esquerda, não é um partido de elites e vanguardas".

“Salvaremos as empresas que pudermos”  
“O PS é o grande partido do povo de esquerda”

# Rendimento agrícola cresce em Portugal



DE ACORDO com a estimativa levada a cabo pelo INE o Rendimento da Actividade Agrícola em Portugal em 2008 deverá apresentar um crescimento de 4,8% relativamente a 2007.

Para o ano de 2008, estima-se que a produção do ramo agrícola tenha crescido 1,1% em volume e 5,6% em valor e deverá provocar um crescimento do Valor Acrescentado Bruto de 6,4%. De registar ainda que a eficiência dos serviços do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas permitiram que a atribuição de subsídios à produção crescesse 14,5%, facto que provocou um crescimento de 2,4% no rendimento dos factores de produção em 2008.

Relativamente à produção vegetal é expectável um acréscimo em valor de 1,5%, destacando-se os crescimentos nominais nos cereais (16,1%).

Por seu lado, a produção animal deverá registar um acréscimo de

11,8%, em valor, com destaque para o crescimento nominal nos bovinos e leite (14% e 16,6% respectivamente), que deverá ainda crescer 6,6% em volume. Destaque ainda para a produção de suínos que deverá apresentar um aumento em volume de 7%, aumento que deverão constituir sinais claros de recuperação deste sector, após a quebra de preços verificada em 2007. De referir ainda, o aumento dos subsídios atribuídos a estes produtos.

Os bons indicadores registados em 2008 estão intimamente ligados à execução do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) que permitirá registar um crescimento de 14,5% dos subsídios atribuídos à produção. O INE analisa a evolução do Rendimento Empresarial Líquido que deverá crescer 3,2%, resultado do aumento nas rendas a pagar em 1,2%, um decréscimo nos juros a pagar de 2,3% e um aumento das remunerações dos assalariados em 2,5%.

# Governo aposta na modernização do comércio



O SECRETÁRIO de Estado do Comércio, Fernando Serrasqueiro, anunciou que o Governo vai lançar um novo programa de apoio à modernização do comércio instalado nas zonas que estão a ser alvo de obras de reabilitação urbana.

Ao novo programa, no valor de 100 milhões de euros, designado por MERCA, poderão candidatar-se os comerciantes cujas zonas em que desenvolvem a sua

actividade estejam classificadas como de reabilitação urbana pela respectiva câmara municipal.

Serrasqueiro anunciou ainda o lançamento da quarta fase do Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio (MODCOM), garantindo que esta iniciativa a par das restantes que a sua secretaria de Estado tem vindo a lançar, mais não pretende do que "criar um impacto na economia para que ela não pare". R.S.A.

## OPINIÃO



JOSÉ JUNQUEIRO  
Deputado do PS

*São muitas as medidas que o Governo tem vindo a assumir para prevenir e enfrentar os tempos difíceis que todos queremos ultrapassar*

# DETERMINAÇÃO E CONFIANÇA PARA 2009

O PRIMEIRO-MINISTRO e o ministro das Finanças têm sublinhado as condições difíceis que o país tem de enfrentar em 2009. O Banco de Portugal veio confirmar este momento desfavorável que prejudica a economia, o emprego e o desenvolvimento sustentado.

Esta crise internacional provocou na Europa um clima de recessão SIMULTANEA em vários países, tais como a Alemanha, Irlanda, Reino Unido, Itália, Dinamarca ou Bélgica, entre outros. O mesmo acontece com o Japão, os Estados Unidos e a Rússia.

Portugal não será, como se compreende, excepção à regra.

As tentativas da oposição para fazer passar a ideia de que a crise é apenas interna, apenas portuguesa e que tudo acontece por causa do Governo e de José Sócrates não vende e apenas soma ao seu já consolidado descrédito.

É uma situação preocupante para as pessoas em geral, mas, ao que parece, uma "vitória" para os partidos da oposição. Durante estes quatro anos mais não fizeram do que insistir, desejar mesmo, que tal pudesse acontecer. Apostaram desde sempre num discurso depressivo, de braços caídos, desistindo de procurar soluções e devolver confiança e esperança às pessoas, às famílias e às empresas.

O Governo, no entanto, não deixou de estar atento, desde sempre, e a sua política de consolidação das contas públicas, com redução do défice (PSD/CDS) de 6,8% para 2,2% permite hoje enfrentar as dificuldades com maior folga orçamental e com mais determinação.

Sim, vão longe os tempos de Manuela Ferreira Leite cuja política económica, com os então primeiros-ministros Cavaco Silva e Durão Barroso, em 95 e 2005, respectivamente, deixaram o país com défices superiores a 6,5%, quase 500 mil desempregados e uma crise económica que o PS viria a resolver. E está a resolver, novamente, sem truques, como o do City Group, que apenas comprometeram a recuperação da economia.

E o destino escreve direito por linhas tortas. É que numa situação tão atípica é possível constatar que o rendimento das famílias estará mais folgado em 2009 por força da descida dos preços das matérias-primas, nomeadamente o petróleo, pela descida da inflação (de 2,7% em 2008 para apenas 1% em 2009) e pela descida das taxas de juro, fruto da estabilidade que se procurou oferecer aos mercados financeiros. Esta é para os portugueses uma boa notícia, mas um percalço para os partidos da oposição que, insensíveis às dificuldades sociais, preferiam que tal não tivesse acontecido.

E para aqueles que perderam ou podem vir a perder o seu emprego são públicas as iniciativas do Governo no sentido de partilhar e ajudar a ultrapassar essas dificuldades, através de medidas sociais e económicas sem precedentes.

Perante este cenário, teimosamente, surgiram e surgem da oposição política portuguesa as mais insólitas respostas, completamente ao arrepio daquilo que todos os Governos europeus estão a seguir e que têm como consequência: "ignorar as consequências sociais da crise e travar os investimentos e a despesa, como parece pretender o PSD; diminuir as receitas e aumentar as despesas como defende, demagógicamente o CDS; ou até, por obsessão ideológica, como queriam PCP e BE, deixar falir o sistema financeiro, com isso, agravar a confiança, deixar as famílias sem as suas poupanças garantidas e as empresas sem condições para investirem e manterem os empregos". E, ainda mais do que isso, impedir que as famílias pudessem, já no imediato, ver baixar a sua prestação no empréstimo contraído para habitação própria.

E são muitas as medidas que o Governo tem vindo a assumir para prevenir e enfrentar os tempos difíceis que todos queremos ultrapassar. Interessa, pois, trazer à memória as mais recentes:

### A PRINCIPAL PRIORIDADE: EMPREGO

- "Reduzir em 3 pontos percentuais as contribuições para a segurança social a cargo do empregador, em micro e pequenas empresas,

- para trabalhadores com mais de 45 anos;
- Criar mais 12 mil estágios profissionais para jovens, nomeadamente jovens licenciados em áreas de baixa empregabilidade;
- Pagar, em apoio à contratação, 2000 euros, acrescido de isenção de dois anos de pagamento de contribuições para a segurança social, de jovens e de desempregados de longa duração;
- Reduzir em 50% a contribuição para a segurança social, na contratação a termo, de desempregados com mais de 55 anos;
- Apoiar a integração de 30 mil desempregados em instituições não lucrativas, através do Contrato Emprego-Inserção;
- Prolongar o subsídio social de desemprego durante o ano de 2009, por um período de mais seis meses.

### FAMÍLIAS

- Criação do passe escolar dos quatro aos 18 anos.
- Congelamento do preço dos transportes públicos (não aumenta pela primeira vez em muitos anos).
- Aumento em 25% do abono de família para famílias de rendimentos mais baixos.
- Pagar a 13ª prestação do abono de família para despesas familiares e alargar" a todas as famílias beneficiárias.
- Majoração dos juros pagos em empréstimos à habitação em sede de IRS.

### EMPRESAS

- Para facilitar o acesso das PME ao crédito necessário aos seus investimentos, o Governo lançou, no âmbito do QREN, sucessivas linhas de crédito.
- As linhas PME Investe permitem às PME obter financiamento bonificado com uma taxa correspondente à Euribor a três meses deduzida de 1,25%, sendo o valor máximo do financiamento de 1 milhão de euros. O prazo de financiamento no âmbito da PME Investe é de 4 anos, podendo para as PME Líder ir até 5 anos.
- As operações de crédito contratadas através da linha beneficiam de uma garantia até 50% do capital em dívida, emitida por uma sociedade de garantia mútua.
- A bonificação total do financiamento (suportada por verbas do QREN) é igual à dedução de 1,25% sobre a Euribor adicionada do "spread" bancário aplicável e da comissão de garantia.
- Em 2009, baixa o IRC, com criação de um novo escalão de 12,5% para matéria colectável até 12.500 euros, beneficiando especialmente 80% do tecido empresarial português (350 mil empresas).
- Diminui também o pagamento por conta de para empresas com volume de negócios até 500 mil euros. Aumentam ainda as despesas com investimentos no PIDDAC, cujos projectos inscritos para 2009 deverão totalizar 4 061 milhões, um crescimento de 13,5% face à estimativa de execução para 2008.

### ENDIVIDAMENTO

É um problema estrutural com décadas. Prende-se com a dependência face ao exterior e com a competitividade de uma economia aberta como a portuguesa. Para um problema estrutural, temos respostas estruturais, que já deviam ter começado há mais tempo, mas que nós iniciámos em 2005:

- Plano Tecnológico
- Novas Oportunidades e Qualificação dos Portugueses
- Aposta nas Energias Renováveis
- Aumento do investimento em Ciência e I&D.

É assim, com medidas concretas e responsáveis, dirigidas às pessoas e às empresas, com consciência social, ao arrepio de uma oposição deprimida, de braços caídos, sem liderança, que diz tudo estar mal e que deseja que tudo esteja mal, que o PS e o Governo se apresentam perante o país com a determinação de vencer as dificuldades, relançar a confiança e reconstruir a esperança.

## OPINIÃO



**HORÁCIO ANTUNES**  
Deputado do PS

*O Governo soube interpretar correctamente os novos desafios que se colocaram, após o aparecimento dos novos focos da doença na região Centro*

## UM NOVO PARADIGMA NA LUTA CONTRA O NEMÁTODO DA MADEIRA DO PINHEIRO

O NEMÁTODO da madeira do pinheiro é um problema fitossanitário que as florestas de resinosas em várias partes do Mundo. Desde 1999, ano em que foi detectada a presença deste microorganismo em Portugal, na península de Setúbal, que este é também um problema das florestas europeias, por ventura até mais complexo que os incêndios florestais.

Na semana que passou, o ministro da Agricultura explicou aos deputados da Comissão de Assuntos Económicos a acção que o Governo perspectiva para controlar esta ameaça das florestas de pinho portuguesas.

Assim, após a identificação de dois novos focos desta doença na zona do pinhal da região Centro, na Lousã e em Arganil, em Abril último, o Governo adoptou uma nova abordagem a este problema. Um novo paradigma na luta contra o nemátodo da madeira do pinheiro em Portugal. Refira-se que neste momento, em Espanha, na região de Cáceres, também já foi identificada a presença deste nemátodo.

De facto, o Ministério da Agricultura reagiu a esta nova situação com grande pragmatismo, com medidas concretas. Foi com grande rapidez e assertividade que o Governo desenhou um programa global de acção verdadeiramente exemplar, com intervenção nos domínios estratégico, operacional e legislativo.

No plano estratégico, logo em Abril de 2008 foi preparado um esquema de prospecção e monitorização intensiva do território nacional para avaliar a dimensão da dispersão da doença. Em todo o país, até Novembro último, foram realizadas 2900 parcelas de amostragem, um registo notável e que demonstra de uma forma cabal a preocupação do Governo em conhecer a real dimensão do problema. Só com um diagnóstico claro e profundo é possível encontrar a “cura” para esta doença da floresta portuguesa.

Ainda no plano estratégico, merece destaque a preparação de um novo Programa de Acção para o Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro, o qual foi elogiado por Bruxelas. Igualmente foi estabelecido um programa de investigação científica, que envolve vários centros de investigação universitários portugueses e o Instituto Nacional dos Recursos Biológicos, tutelado pelo Ministério da Agricultura.

No plano operacional, foram de imediato erradicados os focos positivos identificados na Lousã e em Arganil. Igualmente foi reforçada a capacidade de fiscalização, com a criação de um Corpo Nacional de Inspectores de Sanidade Florestal na Autoridade Florestal Nacional e de uma estrutura dedicada na Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural para controlo das unidades de transformação de madeira. Igualmente foi reforçada a capacidade de fiscalização da circulação de madeira, com o envolvimento de mais de mil efectivos da GNR nessa missão.

O Ministério da Agricultura também encetou uma nova forma de relacionamento com os agentes do sector, concretizada através da criação do Conselho Consultivo para a Fitossanidade Florestal, tendo celebrado mais de 50 protocolos com organizações de produtores florestais, cooperativas e entidades gestoras de baldios para a monitorização e corte dos pinheiros com sintomas de declínio. Estes protocolos orçam em 6,4 milhões de euros do Fundo Florestal Permanente.

Por último, o plano legislativo. Como se impunha, de imediato após a identificação dos novos focos da doença na região Centro, o Governo reforçou a imposição do tratamento fitossanitário de todo o material de pinheiro destinado à exportação, tendo em Junho, declarado todo o território nacional como zona afectada. Uma medida sábia e que contribuiu de forma decisiva para eliminar a especulação e a distorção dos preços de madeira entre regiões.

Na minha análise, o Governo soube interpretar correctamente os novos desafios que se colocaram, após o aparecimento dos novos focos da doença na região Centro. As decisões que o Ministério da Agricultura oportunamente tomou afiguram-se decisivas para o controlo desta importante ameaça da fileira do pinho.

## Aprovadas medidas excepcionais de contratação para acelerar investimentos públicos

O ESTABELECIMENTO de medidas excepcionais de contratação pública para acelerar a realização de investimentos públicos considerados prioritários no valor de 5,15 mil milhões de euros é o objectivo de um decreto, para vigorar em 2009 e 2010, aprovado pelo Conselho de Ministros de 30 de Dezembro.

A nova modalidade de contratação pública, que se destina a combater os efeitos da crise económica e financeira internacional, abrange a locação de bens móveis ou a aquisição de serviços para contratos com valor até 206 mil euros.

Segundo o Governo, trata-se de um conjunto de medidas adoptadas com carácter de urgência no âmbito da “Iniciativa para o Investimento e Emprego”.

Com o novo diploma, passará a haver maior “flexibilidade” na concretização de investimentos para a modernização de escolas, energia sustentável, modernização de infra-estruturas tecnológicas, apoio especial à actividade económica, exportações e pequenas e médias empresas, bem como para apoio ao emprego.

Falando no final do Conselho de Ministros, o secretário de Estado da Presidência, Jorge Lacão, disse que o diploma “visa uma mais rápida execução dos investimentos públicos considerados prioritários”.



“Em linha com o programa de incentivo ao investimento público decidido no último Conselho da União Europeia, este decreto destina-se a aplicar mecanismos jurídicos de maior flexibilidade que permitam soluções de ajustamento directo relativamente a alguns desses empreendimentos considerados prioritários”, disse.

Ainda de acordo com Jorge Lacão, o decreto permitirá também “a introdução de uma maior flexibilidade ao nível do encurtamento dos prazos dos procedimentos relativos a concursos limitados que venham a existir no âmbito de decisões de investimento público”.

O comunicado do Conselho de Ministros refere que a redução dos prazos de procedimentos relativos a concursos limitados por prévia qualificação e a procedimentos de negocia-

ção passará de 103 para 41 dias.

A redução será de 96 para 36 dias “quando o anúncio seja preparado e enviado por meios electrónicos”.

### Simplificar licenciamento de diversão aquática

O Conselho de Ministros de 30 de Dezembro aprovou também na generalidade um decreto que visa alterar e simplificar o regime de instalação e de funcionamento de recintos com diversões aquáticas.

Este diploma insere-se no âmbito do Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa do Governo – o Simplex.

Com esta alteração, o Executivo socialista pretende “garantir uma maior simplificação e celeridade na tramitação do licenciamento” dos recintos de diversão aquática.

## Integração de todos os trabalhadores na Segurança Social pública

FOI aprovado na generalidade, para consultas, no Conselho de Ministros de 23 de Dezembro, um decreto-lei que determina que os trabalhadores que venham a ser contratados pelas instituições bancárias serão abrangidos pelo regime geral de Segurança Social.

Assim, no cumprimento da actual Lei de Bases da Segurança

Social, o Governo, os sindicatos e os bancos, estabelecem que a antiga Caixa dos Bancários passa a garantir os seus serviços apenas aos actuais inscritos, que manterão todos os seus direitos.

Põe-se também fim à situação de existirem bancários inscritos na Segurança Social com protecção perante todas as eventualidades,

enquanto outros eram apenas protegidos perante algumas, sendo as outras garantidas pelo empregador, o que criava desigualdades de tratamento entre trabalhadores e entre bancos.

Com este diploma completa-se a integração de todos os trabalhadores por conta de outrem no sistema público de Segurança Social.

## Tarifário dos serviços de táxi mantém-se inalterado em 2009

O PREÇO da bandeirada do serviço de transporte de táxis mantém-se este ano nos 2 euros durante o dia e nos 2,5 euros à noite. Também o preço do quilómetro continuará a custar 45 cêntimos.

A decisão está contida num despacho do da Secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, datado de 6 de Janeiro, e fundamentada no facto

do preço do gasóleo em 26 de Dezembro de 2008 (0,969 euros) se encontrar ao nível do preço praticado em 1 de Julho de 2005 (0,968 euros).

Em nota informativa à Comunicação Social, o gabinete do secretário de Estado Fernando Serrasqueiro destaca ainda que em 2006, 2007 e 2008 se verificaram agravamentos médios no tarifá-

rio do serviço de táxi de 4,82% e 4,77% e 5,53%, respectivamente.

Por outro lado, refere o documento, Fernando Serrasqueiro entendeu que esta decisão não afectará negativamente os profissionais do sector uma vez que será possível “compensar o incremento dos custos que pesam na actividade com os benefícios da descida acentuada dos preços dos combustíveis”.

# Redes de nova geração para 1,5 milhões de portugueses até ao final do ano



POSSIBILITAR o acesso de um milhão e meio de famílias a redes de nova geração (suportadas em fibra óptica) já este ano é o objetivo central do protocolo de investimento assinado recentemente entre o Governo e os quatro maiores operadores de telecomunicações nacionais – Portugal Telecom, Oni, Zon e Sonacom.

A rede de nova geração 2009, que permitirá a transferência de dados a velocidades superiores a 100 megabits por segundo, implicará a realização de um investimento global de 2,5 milhões de euros, dos quais 1,5 serão da responsabilidade dos quatro operadores signatários, numa iniciativa sem precedentes que, segundo José Sócrates, marca um “momento histórico”.

Para o primeiro-ministro, a cerimónia que decorreu no passado dia 7 de Janeiro, na Fundação das Comunicações, “corresponde ao lançamento da primeira medida do pacote anti-crise do Governo português”.

“Vamos realizar em Portugal, durante o ano de 2009, um investimento

de cerca de mil milhões de euros, que se destina a providenciar a perto de um milhão e meio de lares portugueses as redes de nova geração”, declarou, vincando ser este “um investimento crucial para o país”, uma vez que ajudará à criação de emprego, bem como à competitividade económica de Portugal.

Refira-se que a verba anunciada para a cobertura de milhão e meio de lares terá garantia de financiamento através do Banco Europeu de Investimento.

O Executivo português participa ainda com a introdução de incentivos fiscais para operadores e clientes finais desta nova rede, conforme avançou o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, também presente na sessão de assinatura do protocolo.

“Os investidores em redes de nova geração terão acesso a linhas de crédito e vamos também proporcionar incentivos”, avançou o governante.

Encontra-se, pois, previsto um incentivo fiscal na ordem dos 50 milhões de eu-

ros quer para os operadores quer para os consumidores que aderirem ao serviço.

Do pacote de incentivos faz também parte uma linha de crédito na ordem dos 800 milhões de euros.

De salientar ainda que os quatro operadores de telecomunicações contam agora com um período de 45 dias para tomarem decisões quanto ao modelo de negócio/investimento a implementar no sentido de dar viabilidade ao projecto.

Por seu turno, o Estado compromete-se a definir um novo quadro regulatório (em fase de ultimção, na Anacom) que permita a implementação do sistema, disponibilizando, por exemplo, o acesso às condutas onde poderão ser instalados os cabos de fibra óptica.

O Executivo comprometeu-se ainda a ser um cliente do serviço, pelo que instituições públicas de ensino básico, superior e politécnico poderão utilizar a ligação à Internet de alta velocidade.

Igualmente, os serviços públicos de justiça, a rede de museus e bibliotecas, os hospitais e os centros de saúde vão usufruir da rede. **M.R.**

## OPINIÃO



**VENTURA LEITE**  
Deputado do PS  
jleite@ps.parlamento.pt

*A globalização tem que ser ética do ponto de vista dos valores humanos, ambientalmente sustentável e economicamente justa*

## AGORA, É OFICIAL

NA RECENTE entrevista com o PM um jornalista da SIC informou, de forma peremptória, que no dia seguinte seria oficialmente anunciado ao país que estávamos em recessão económica.

E assim aconteceu!

Agora que a recessão já é oficial, já conseguimos notar que mesmo países sem problemas com as contas públicas, como a Espanha, e que até tinha um superávit orçamental, entraram em recessão.

Não consegui perceber o que pensava o Governo ganhar evitando abordar a possibilidade da crise económica internacional atingir o país.

Seria medo de que a eventual recessão da economia fosse imputada ao Governo? Não teria sido mais seguro, e mais útil, ir-se dizendo que a nossa recuperação económica e financeira poderia ser posta em causa pela evolução internacional se os outros países não se aguentassem? Não havia informação suficiente que dava essa eventualidade como cada vez mais provável?

Mas deixemos essa questão para a história!

Já é claro agora que não estamos perante uma recessão ligeira mas perante uma crise mundial e de natureza estrutural. Espera-se agora dos políticos ver se consideram que a saída desta situação se fará como no passado, isto é, mantendo o modelo que nos trouxe até aqui, ou, se já concluíram que é necessário mudar, e não só ao nível da cosmética!

Mudar a nível europeu e, ainda mais, a nível nacional!

A avaliar pela actual liderança europeia, não acredito que possamos ser surpreendidos com um discurso visionário e reformador.

Do presidente da Comissão Europeia, que acedeu ao cargo num arranjo político que se mostrou um fracasso, isso não virá seguramente. Não seria simplesmente credível. Ambição pessoal não lhe faltará, mas não é dessa que a Europa precisa neste momento. Espero que haja lucidez para se perceber que a sua recondução nada trará de útil à UE, patriotismos à parte.

Como sair desta crise?

Por razões de espaço limitar-me-ei, neste artigo, ao plano internacional.

O primeiro passo é reconhecer as limitações e riscos económicos sérios do actual desenvolvimento liberal da globalização aplicado a um mundo ainda muito desigual em termos de cumprimento de exigências em matéria ambiental, legislação e direitos laborais, protecção social e apoios ou subsídios estatais. A Ásia já compete muito bem no plano tecnológico e económico, e recebeu apoio gigantesco para isso, mas ainda não é obrigada a respeitar as mesmas restrições em matéria social e ambiental.

Há uma, e apenas uma, saída construtiva e de progresso para este processo:

A globalização tem que ser ética do ponto de vista dos valores huma-

nos, ambientalmente sustentável e economicamente justa.

Para isso, as Nações Unidas, a União Europeia, os Estados Unidos, a Rússia e a Comunidade de Estados Independentes, e o agora chamado Novo Hemisfério Asiático, terão que estabelecer regras de justiça e de equilíbrio para o comércio mundial, e de regulação financeira e cambial.

Não poderão ser permitidos desequilíbrios fortes e prolongados entre países e regiões. Para isso é necessário estabelecer uma paridade entre as respectivas moedas, a qual terá que ser ajustada para corrigir tendências de desequilíbrio nas trocas comerciais. Se isso não for imediatamente feito, então os países com défices comerciais persistentes deverão ser autorizados a estabelecer algumas barreiras alfandegárias até ao reequilíbrio das trocas. Isto significará, na prática, chegar a um acordo que alguns já apelidaram de novo Bretton Woods.

Mas há um outro plano decisivo para moldar o prosseguimento da globalização.

Exemplificando:

Num mundo onde não só escasseiam os combustíveis fósseis como eles levantam problemas cada vez mais graves de emissões de CO<sub>2</sub>, tem algum sentido a Europa importar da Ásia produtos que custem alguns centimos a produzir, e muitos mais a transportar? Que sentido tem a Alemanha importar cerveja engarrafada da Austrália, mesmo que chegue mais barata? Não seria muito mais racional promover a sua produção no mediterrâneo e Norte de África, contribuindo para diminuir as tensões migratórias dessa regiões para a Europa?

Acredito numa globalização que privilegie integração prioritária por grandes regiões, pela possibilidade de maior compromisso na solução de tensões, no combate às desigualdades e aos movimentos migratórios.

Essas grandes regiões poderiam ser a América (do Alasca ao Chile), uma Europa que se estenda ao Norte de África e Mediterrâneo, uma Rússia com a Comunidade de Estados Independentes, uma África, e o já hoje conhecido como o Novo Hemisfério Asiático. Cada uma destas regiões tem um mercado interno de centenas de milhões de consumidores, suficiente para viabilizar economicamente os investimentos para satisfazer as necessidades básicas de desenvolvimento e progresso.

Mas, na verdade, não sei quem estará disposto a discutir a construção de uma nova ordem internacional assim, e dentro do PS quem esteja interessado a discutir a saída para a nossa crise. Há quem tenha outras agendas, mais excitantes!

Mas atenção! A nossa crise não é de contas públicas! É a soma de vários défices que criam uma incapacidade de pôr em marcha um processo sustentado de desenvolvimento.

Não me resignarei a ser uma espécie de vereador da Assembleia da República!

Saudações.

## OPINIÃO



JORGE ALMEIDA  
Deputado do PS

*A entrada em funcionamento do Museu do Douro constituirá um elemento decisivo na construção duma plena oferta turístico-cultural de alto valor qualitativo*

## MUSEU DO DOURO, PILAR PARA O DESENVOLVIMENTO

DOIS de Dezembro de 1997, a Assembleia da República aprova por unanimidade a Lei 125/97 que cria o Museu do Douro. Um compromisso histórico de deputados da Assembleia da República, dos quais é justo destacar os camaradas António Martinho e Eurico Figueiredo.

15 de Dezembro de 2005, é aprovado em Conselho de Ministros o decreto-lei que cria a Fundação Museu do Douro e aprova os respectivos estatutos, tendo como fim, a instalação, a manutenção e a gestão do Museu do Douro, instituição museológica de âmbito regional vocacionada para a inventariação, recolha, investigação, preservação, valorização e divulgação do património material e imaterial do Douro Vinhateiro.

A institucionalização da Fundação Museu do Douro consubstanciou uma etapa crucial na construção deste Museu do território, criando as condições para a sua materialização enquanto estrutura física, mas também conceptual, ao fazer evoluir e complementar o conceito clássico de museu-coleção, para o paradigma de museu interactivo com uma paisagem evolutiva e viva classificada pela Unesco como Património da Humanidade, cujos principais activos – as populações, e as transformações que produzem, irão constituir os principais actores desse mesmo museu do território.

Após sete milhões de euros de investimento total, aplicados na Casa da Companhia, foi inaugurado pelo nosso primeiro-ministro o Edifício Sede do Museu. Um espaço aberto de valorização social, cultural e turística. Um dos maiores senão o maior e mais ambicioso investimento cultural realizado pela administração central na região, bem no coração do Alto Douro Vinhateiro, na sua cidade de referência administrativa e comercial, a cidade do Peso da Régua. Uma obra lançada após decisão pragmática e inadiável do Ministério da Cultura, e executada sem qualquer derrapagem orçamental ou temporal, em 21 meses.

Mas há algumas notas de registo que importa destacar. Os socialistas protagonizaram a aprovação de Lei, há 11 anos. Tomaram decisões estratégicas sempre que foram governo, e avançaram com os inputs decisivos para que esta obra estivesse hoje concluída. Santos Silva e Isabel Pires de Lima ficarão na história desta grande realização. Acompanharam o sonho dos durienses, valorizaram-no e enriqueceram-no, e foram assertivos nos momentos cruciais da gestão política, apesar da existência de ruídos com origem nacional e regional.

Importa ainda reter alguns dados relativos a este processo, que sofreu algumas intermitências, e correu riscos reais. As dinâmicas locais e regionais nem sempre encontraram bom eco e acolhimento nalguns agentes da administração central. Morosidades, burocracia, algumas más vontades, incompreensões, perante este novo tipo de museu, a construir longe dos grandes centros, longe da “fina-flor da intelectualidade”. Os durienses que acompanharam o processo, não esquecerão o papel dos socialistas, e terão aprendido também que uma verdadeira regionalização a construir, passará por um processo legislativo, sim, mas necessariamente por um grande e difícil combate ideológico e cultural.

O Douro necessita de investimentos estruturantes como este, dirigidos ao fundamental das suas valências, vinho, turismo, paisagem, cultura, como muito bem definiu o sr. primeiro-ministro aquando das comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro. Investimentos que reproduzam bens materiais e imateriais e que invertam decididamente o ciclo de perda dos seus activos mais importantes – as populações.

A entrada em funcionamento do Museu do Douro, enquanto museu de território, polinucleado e multifuncional, constituirá, para além de símbolo da memória viva do povo, um elemento decisivo na construção duma plena oferta turístico-cultural de alto valor qualitativo, capaz de captar o exigente fluxo turístico a que se destina.

O Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, agora em fase de operacionalização, disponibiliza substanciais apoios ao investimento, na criação de novas unidades hoteleiras de alta gama, bem como nas pequenas unidades de Turismo em Espaço Rural, valorizando e potenciando o espaço agrovinícola numa lógica de multifuncionalidade das Quintas, e fruição da paisagem classificada.

## Crise encarada com realismo e medidas adequadas

PERANTE as enormes dificuldades criadas pela crise financeira internacional que está a provocar na maioria dos países uma onda de grande instabilidade, com reflexos óbvios quer na consolidação da economia quer no seu progresso sustentado, o Partido Socialista reconhece que Portugal em consequência desta crise também não conseguiu escapar a tendência geral de recessão.

Esta constatação que o porta-voz do PS, Vitalino Canas, chegou ao reconhecer que apesar do esforço que tanto o “Governo como as famílias” fizeram ao longo destes últimos três anos no sentido de consolidar as contas públicas, batalha que, lembrou, foi alcançada com enorme êxito, a crise aí está e tem que ser encarada com realismo, políticas adequadas e principalmente como sublinhou “nunca escondendo a verdade dos portugueses”.

Contudo, apesar das inúmeras dificuldades e de alguma contenção sempre aconselhável e necessária em alturas de crise como a actual, existe a convicção de que mais cedo do que mais tarde as medidas implementadas pelo Executivo, e já anunciadas pelo primeiro-ministro, vão começar a dar os necessários frutos, garantindo mesmo o porta-voz do PS que elas “vão no caminho certo”.

Outros países, bem mais fortes



do que Portugal do ponto de vista económico entraram “antes de nós” em recessão, lembrou Vitalino Canas, é o caso da Espanha, Itália, Alemanha ou Estados Unidos da América, mostrando-se confiante nas medidas que o Governo português aprovou “de modo a evitar que o ciclo recessivo se vá prolongar mais no tempo”.

Para Vitalino Canas, as previsões do Banco de Portugal, anunciadas pelo seu governador, Vítor

Constância em conferência de Imprensa, vêm na linha daquilo que já há muito tinha sido reconhecido pelo primeiro-ministro, e que apesar do produto português ter crescido 0,3% o ano passado, não foi possível evitar que o país escapasse à recessão, um cenário em tudo semelhante “ao que sucedeu na segunda metade de 2008 com um conjunto vasto de outras economias mais fortes do que a portuguesa”, disse. R.S.A.

## Todos os tribunais com computadores novos

PELA primeira vez o parque informático dos tribunais portugueses vai ser completamente renovado. Para o efeito, o Ministério da Justiça já adjudicou a compra de 2210 computadores para serem instalados em 56 tribunais e serviços do Ministério Público até ao final do primeiro trimestre deste ano, concluindo-se assim o processo de renovação integral do parque informático destes serviços.

Este investimento junta-se aos

quase 11 milhões de euros já gastos na aquisição de 14.984 computadores e de 5050 impressoras, equipamentos já instalados em tribunais ou distribuídos pelos magistrados.

Os computadores agora a instalar vão para tribunais situados essencialmente no Norte do país e servirão para equipar as três comarcas-piloto no âmbito do novo mapa judiciário, os balcões de atendimento ao cidadão que estão a ser criados e para os 300 estagiários

oficiais de justiça que vão reforçar os tribunais.

Com esta iniciativa, o ministério tutelado por Alberto Costa reforça as condições de trabalho e tecnológicas nos tribunais facilitando a desmaterialização de processos e a redução do uso do papel, além de promover uma maior rapidez na circulação de processos com a sua consulta online por parte de magistrados, advogados e oficiais de justiça.

## Criada comissão para facilitar acesso à escrita Braille

A CRIAÇÃO da Comissão de Braille e de meios complementares de leitura foi anunciada peça secretária de Estado da Reabilitação, Idália Moniz, justificando esta iniciativa com a necessidade de alargar o acesso dos invisíveis a esta escrita.

“É um órgão que vai funcionar dentro do Instituto Nacional para a Reabilitação, que faz um acom-

panhamento das necessidades de uma boa e eficaz utilização dos signos de Braille”, disse, sublinhando que “há áreas como a música ou a matemática onde é necessário estabilizar o sistema de escrita para que as pessoas cegas possam utilizá-lo devidamente”.

A secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação falava na cerimónia

de inauguração da nova área de leitura para cegos da Biblioteca Nacional, em Lisboa, inserida nas comemorações do bicentenário do nascimento de Louis Braille, o criador do sistema de leitura para cegos.

O novo espaço da Biblioteca Nacional vai incluir todos os serviços relacionados com a área de leitura para deficientes visuais.

# Governo reforça prevenção do cancro do colo do útero

PARA prevenir eficazmente um dos cancros mais frequentes na população feminina, o Governo socialista decidiu adquirir 400 mil doses de vacinas contra o vírus associado ao carcinoma do colo uterino.

O anúncio da resolução foi feito pela ministra da Saúde, Ana Jorge, que no final da reunião de Conselho de Ministros de 30 de Dezembro passado, garantindo assim a continuidade do programa de vacinação contra o Vírus do Papiloma Humano (HPV) iniciado em 2008.

“Em 2009 vamos vacinar não só as jovens que fazem 13 anos (nascidas em 1996), mas também as jovens nascidas em 1992, que no próximo ano farão 17 anos”, declarou a governante, adiantando igualmente que o Ministério das Finanças já autorizou a realização da despesa na ordem dos 17 milhões de euros para a aquisição das vacinas

Ana Jorge disse, em conferência de Imprensa, que o actual plano de vacinação coloca Portugal em segundo lugar ao nível europeu na prevenção do cancro do colo do útero, apenas atrás da Grã-Bretanha.

E lembrou que a actuação do Executivo se insere “num programa de luta” contra este tipo de cancro através da “vacinação dos grupos de jovens



em que se considera que a vacina é mais eficaz”.

“Juntamente com a vacinação, em 2009 será alargado a todo o país o rastreio do cancro do colo do útero, que é a medida mais eficaz em relação aos grupos não abrangidos pela vacina”, anunciou ainda, sublinhando de seguida que com estas decisões, o Governo “cumpre o objectivo de combater e prevenir um dos cancros mais frequentes nas mulheres”.

“Trata-se de uma medida importante de saúde pública”, acrescentou a ministra da Saúde, para de seguida lembrar que o cancro do colo do útero mata mais de 300 mulheres por ano em Portugal.

Recorde-se que a vacinação contra o HPV, que pode provocar o cancro, arrancou a 27 de Outubro de 2008 para as raparigas nascidas em 1995, num universo estimado de 55 mil jovens, e envolveu um custo de aproximadamente

10 milhões de euros.

Refira-se também que, segundo as recomendações da Comissão Técnica de Vacinação e da Direcção-Geral da Saúde, em 2008 foram vacinadas as raparigas nascidas em 1995, em 2009 serão vacinadas as que nasceram em 1996 e em 2010 as jovens que nasceram em 1997.

Entre 2009 e 2011 está ainda previsto vacinar as raparigas que nessa altura tenham 17 anos.

## OPINIÃO



**LUÍS MIGUEL FERREIRA**  
S. João da Madeira

*O investimento em Redes de Nova Geração (RNG), baseadas em fibra óptica, torna-se essencial para que o nosso país reforce e sustente o seu desenvolvimento socioeconómico*

# COMPROMISSO COM O FUTURO!

O RUÍDO do modém analógico que permitia, há uns anos atrás, o acesso à Internet e a lenta velocidade com que nos chegava ao monitor a informação solicitada, nos dias de hoje, eram mais do que suficientes para perdermos completamente a paciência. O tipo de actividades que se desenvolvem hoje na Internet e a qualidade com que as mesmas são realizadas, de facto, são muito diferentes daquilo que acontecia não há muitos anos atrás. Ora, para que esta revolução se operasse foi essencial que se avançasse imenso na largura de banda dos acessos.

Apesar de as actuais redes de banda larga já suportarem serviços com elevados débitos, a verdade é que a contínua e rápida evolução de serviços e aplicações que exigem velocidades mais elevadas (televisão, vídeo em alta definição, aplicações de telemedicina, para dar apenas alguns exemplos), tornará as redes actuais insuficientes para a satisfação das necessidades dos consumidores, sejam cidadãos ou empresas.

E por isso é que o investimento em Redes de Nova Geração (RNG), baseadas em fibra óptica, se torna essencial para que o nosso País reforce e sustente o seu desenvolvimento socioeconómico, atraia mais investimento e crie mais emprego, previna a transferência de riqueza para outros países e a fuga de competências técnicas e científicas para o exterior, bem como contribua para o combate à info-exclusão e para a coesão territorial. Fazer este investimento agora, já em 2009, é também uma resposta à crise económica e financeira internacional, em sintonia, aliás, com a estratégia adoptada pela própria União Europeia.

O compromisso assinado no passado dia 7 de Janeiro entre o Governo e quatro operadores de telecomunicações (PT, SonaeCom, Zon e Oni) reveste-se, pois, da maior importância, uma vez que está em causa, precisamente, o apoio por parte do Governo à antecipação da realização de investimentos significativos em Redes de Banda Larga de Nova Geração já para 2009. Tal apoio passará pela revisão do quadro legal por forma a facilitar o desenvolvimento das infra-estruturas, pela adopção de benefícios fiscais no sentido de estimular o acesso a RNG em zonas remotas ou de reduzida procura, pela promoção de uma linha de crédito de 800 milhões de euros para os investidores e pela garantia da ligação a RNG de edifícios públicos tais como escolas, hospitais, bibliotecas, museus, tribunais, entre outros. O objectivo é que no final de 2009 já 1,5 milhões de utilizadores estejam ligados a redes de fibra óptica.

Portugal, até já tem, segundo os últimos dados disponíveis, a 8ª mais elevada velocidade média de download da OCDE (apesar de ser quase oito vezes inferior à do Japão que lidera a tabela). Por outro lado, alguns até advogam que investimento nesta altura de crise não é o melhor caminho. No entanto, ficar parado nesta matéria seria fatal para a competitividade de Portugal no contexto global num futuro próximo. Toda a Europa e todo o mundo está a olhar para esta questão como uma oportunidade e Portugal não pode perder tempo nem hesitar. Ser pioneiro e andar à frente dos outros pode fazer, de facto, toda a diferença.

# Combate à criminalidade violenta será prioritário em 2009

“O COMBATE à criminalidade violenta e grave continuará a ser a prioridade da estratégia de segurança para 2009”, afirmou o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, adiantando que “oportunamente será apresentado o relatório de segurança interna, com todos os números pertinentes em relação à criminalidade, de forma séria e ordenada, bem como a estratégia e medidas” para o ano que agora começa.

Rui Pereira falava aos jornalistas à margem da inauguração da carreira de tiro de Águeda, onde sustentou não ter “sentimento de preocupação ou fazer previsões” sobre a criminalidade para 2009. “Quero sim tomar medidas”, sublinhou.

Rui Pereira reiterou que foi identificada a crimi-



nalidade violenta e grave como primeira prioridade de combate em 2008, que se manterá em 2009, estando o Governo empenhado em

dotar as forças de segurança de condições para lhe dar resposta.

E anunciou que “está em curso o concurso para a

admissão de mais dois mil homens, mil na GNR e os outros mil na PSP”.

O ministro salientou ainda que houve um reforço em meios, nomeadamente a distribuição de cerca de 20 mil glocks e 10 mil armas a cada força de segurança, atribuídos, este ano, cerca de mil automóveis e construídas e remodeladas várias instalações.

Também houve, segundo Rui Pereira, o reforço de meios que permitem treinar incidentes táctico-policiais e tiro. “Por isso a necessidade destas carreiras de tiro”, frisou.

## OPINIÃO



**BRAVO NICO**  
Deputado do PS

*Podemos concluir, com um mínimo de justiça e de objectividade, que a Escola Pública em Portugal está melhor, quando comparada com a que tínhamos há quatro anos*

## A OBRA PÚBLICA DA QUALIFICAÇÃO DOS(AS) PORTUGUESES(AS)

A ESCOLA Pública é, todos sabemos, o mais poderoso instrumento de combate às desigualdades sociais. É por ter consciência disso que o PS assumiu, desde a primeira hora, o investimento na educação como a sua principal prioridade.

Hoje, quase quatro anos passados após a maioria dos portugueses ter confiado ao PS a responsabilidade de governar o país, Portugal tem uma escola pública melhor ou pior? Observemos, antes de responder, oito importantes vértices da actual geometria da Escola Pública em Portugal:

1. A Escola Pública tem hoje mais alunos: há mais crianças na educação pré-escolar; há mais jovens no ensino secundário; há mais estudantes nos cursos profissionais, num número que representa já 60% do total de alunos do ensino secundário; cerca de 700 mil jovens e adultos que regressaram aos percursos formais de qualificação, através do Programa Novas Oportunidades;
2. A Escola Pública possui hoje melhores estabelecimentos de ensino: há mais creches e jardins-de-infância, particularmente nas zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto; existem, cada vez mais e melhores centros escolares ao nível do ensino básico; quase todas as escolas secundárias estão em profunda requalificação;
3. A Escola Pública tem hoje mais Aprendizagens: todas as crianças do 1º Ciclo do ensino básico têm garantido um programa universal e gratuito de enriquecimento curricular; as aulas de substituição estão generalizadas; concretizou-se o Plano Nacional de Leitura; a aprendizagem da Matemática tem, hoje, mais tempo em todos os níveis de ensino; o Inglês é aprendido por todos os alunos do 1º Ciclo do ensino básico;
4. A Escola Pública tem mais e melhor tecnologia e recursos didácticos: a rede de bibliotecas escolares encontra-se concluída; existem centros de recursos na generalidade das escolas; os laboratórios foram reequipados; o Plano Tecnológico está presente em todas as escolas; um computador portátil está hoje acessível a cada estudante;
5. A Escola Pública tem um novo e mais autónomo modelo de gestão e administração: há um novo enquadramento normativo para a gestão escolar; a colocação de professores é plurianual; novos contratos de autonomia foram celebrados; a avaliação externa das escolas está em fase de generalização;
6. A Escola Pública tem mais parcerias com a sociedade civil: está em curso o maior pacote de sempre de transferência de competências para as autarquias locais; existe uma maior presença das comunidades locais nos órgãos de decisão das escolas; há mais parcerias com as empresas; as cartas educativas todas concluídas e em execução;
7. A Escola Pública promove mais a

Integração: está em implementação um novo e mais responsável modelo de educação especial; foi implementado um novo e mais justo modelo de atribuição de equivalências a estudantes oriundos de outros sistemas educativos; a língua portuguesa existe, formalmente, em muitas escolas, como língua não materna;

8. A Escola Pública promove mais a igualdade de oportunidades e a Justiça Social: ocorreu um aumento generalizado do apoio social escolar a cerca de 700 mil estudantes dos ensinos básico e secundário; o alargamento do apoio para a aquisição do passe escolar para os transportes chegou a mais de um milhão de estudantes; verificou-se o alargamento do fornecimento de refeições quentes no ensino básico;

Perante esta realidade, podemos concluir, com um mínimo de justiça e de objectividade, que a Escola Pública em Portugal está melhor, quando comparada com a que tínhamos há quatro anos. Portugal tem, hoje, uma Escola Pública que está mais atenta e sensível às necessidades dos jovens, dos adultos e das famílias, está mais próxima da economia e das empresas, está mais presente nas rotinas vitais dos jovens e dos adultos e, por consequência, é mais estruturante no desenvolvimento humano e social de mais portugueses. Por tudo isto, a Escola Pública é hoje mais estruturante para o desenvolvimento e para o futuro de Portugal.

Estamos satisfeitos com o trabalho que fizemos, até hoje? Eu penso que ninguém poderá estar completamente satisfeito com os resultados que se têm obtido. Na realidade, apesar de os resultados evidenciarem que estamos no bom caminho, verificamos que ainda estamos muito longe do patamar de quantidade e qualidade na Educação que todos ambicionamos e que todos os portugueses têm direito. Temos, ainda, muito trabalho a fazer.

É mantendo a sua postura séria, aberta e construtiva que o Partido Socialista sempre assumiu este combate, sem tréguas e sem descrenças, pelo aumento da quantidade e da qualidade do exercício de todos os portugueses ao seu direito à educação. As escolas e os professores esperam de nós esta postura construtiva e de respeito pelo seu trabalho educativo; os alunos merecem o nosso empenho na melhoria das respectivas condições de aprendizagem; as famílias exigem-nos uma postura de empenhamento na construção de uma escola que satisfaça as suas necessidades e expectativas; o futuro do país convidanos, a todos, para que, no presente, assumamos as nossas responsabilidades.

O PS está a construir uma Escola Pública que contribua, de forma positiva, para o futuro de cada português e para o futuro de Portugal. Gostaríamos que todos nos acompanhassem e nos ajudassem naquela que é a principal obra pública em construção no nosso país: a qualificação dos portugueses.

## Mensagem de Natal PM reitera apoio a trabalhadores famílias e empresas

**No “actual momento difícil da Europa e do mundo”, os portugueses podem contar com “a determinação do Governo no apoio à economia, na defesa e na promoção do emprego, mas, sobretudo, na protecção as famílias, especialmente as de menores rendimentos”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, na mensagem de Natal, onde reiterou que “há boas razões para termos confiança”, apesar de 2009 ir ser um ano “difícil e exigente para todos”.**

J. C. CASTELO BRANCO

NUMA mensagem muito centrada nos desafios que se colocam para fazer face à crise, Sócrates reafirmou que “o nosso dever é não ficarmos à espera que os problemas se resolvam por si próprios”, garantindo que o Governo “não tem outra orientação que não seja defender o interesse nacional neste momento particularmente difícil”.

Defender o interesse nacional, salientou, “é usar todos os recursos ao nosso alcance, com rigor, sentido de responsabilidade e iniciativa,

para ajudar as famílias, os trabalhadores e as empresas a superarem as dificuldades, e para incentivar o investimento económico que gera riqueza e emprego”.

É adiantou que “é em momentos difíceis e exigentes que se espera de todos uma atitude de confiança, uma capacidade de entreajuda, um sentido de responsabilidade solidário. O país precisa dessa atitude, desse empenhamento e dessa determinação”.

Segundo referiu o primeiro-ministro “há boas razões para termos confiança”, já que, frisou, “os portugueses já conseguiram enfrentar e resolver uma grave crise orçamental” e “saberão agora, com o seu talento e o seu trabalho, superar os efeitos negativos da crise económica internacional”.

E para ilustrar este tom optimista em relação ao futuro, apesar dos efeitos da grave crise económica e financeira que o mundo vive já se fazerem sentir em Portugal, José Sócrates lembrou que nos últimos três anos “o país ultrapassou a crise orçamental e pôs as contas públicas em ordem”.

Isso permite-nos agora, assegurou, “responder melhor às dificuldades económicas que nos chegam de fora. Po-

demos agora usar mais recursos do Estado para apoiar o emprego, as empresas e as famílias”.

Na sua mensagem, o primeiro-ministro passou em revista algumas das medidas tomadas pelo Governo do PS nos últimos meses, tais como o aumento do abono de família, da acção social escolar e a diminuição da despesa das famílias com os transportes escolares. Mas também, acrescentou, a generalização do complemento solidário para idosos, a protecção das poupanças, o aumento do salário mínimo nacional e a actualização dos salários da função pública acima da inflação.

“É esta a orientação do Governo: reforço do investimento, apoio à economia e ao emprego, aumento da protecção social. Esta é a resposta adequada aos tempos difíceis que vivemos”, disse, acrescentando que “hoje os portugueses compreendem melhor porque foi preciso consolidar as finanças públicas, defender a segurança social pública, reformar os serviços públicos: justamente para que, no momento em que as famílias mais precisam do Estado, este tenha as condições para intervir e ajudar quem precisa”.

## Portugal colhe frutos de aposta persistente na ciência

DAR RESPOSTA eficaz à actual crise internacional “é o objectivo imediato do Governo”, mas Portugal não deixará por isso de seguir o caminho da modernização, tendo uma visão clara de médio prazo. A garantia foi dada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante a cerimónia de abertura da primeira edição do “The Lisbon MBA”, um programa que juntará as universidades Católica e Nova de Lisboa, em parceria com os norte-americanos do MIT.

Numa sessão em que também estiveram presentes o ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, e o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, José Sócrates sublinhou que fruto das políticas de investimento realizadas ao longo dos últimos três anos, o nosso país gastou, pela primeira vez, 1,18% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em ciência.

“Também pela primeira vez

o investimento privado ultrapassou o do Estado, o que é absolutamente inédito, porque se trata de um sinal claro de que a preocupação com o investimento em ciência é da própria sociedade portuguesa e não apenas do Estado”, vincou Sócrates, que destacou de seguida a energia entre as áreas que conheceram um maior impulso, uma vez que neste sector os investimentos em investigação e desenvolvimento aumentaram “80 vezes ao longo dos últimos anos”.

“Portugal tem cinco investigadores por cada mil habitantes, o que o aproxima da média europeia de 5,5. Formam-se agora no país 1500 doutorados por ano e são apoiados anualmente dois mil candidatos a doutores e bolseiros”, declarou o primeiro-ministro, para quem estes resultados são uma consequência evidente da “aposta persistente na ciência” por parte do Executivo socialista.

Na sua intervenção, José Sócrates saudou a constituição do MBA conjunto na área da gestão entre as universidades Católica e Nova de Lisboa, em parceria com o MIT, salientando a importância da colaboração entre empresas, universidades e Governo no sentido que o meio académico nacional seja competitivo à escala global.

Para o primeiro-ministro, o facto deste MBA ser na área da gestão “poderá contribuir para o sucesso económico do país” a médio prazo.

Por sua vez, o ministro da Ciência, Mariano Gago, frisou que o MBA terá indicadores de acompanhamento “exigente”, entre os quais a necessidade de atingir em 2011 uma centena de alunos.

Outra das metas referidas pelo governante visa que 90% dos diplomados tenham colocação no mercado de trabalho nos três meses seguintes à conclusão do MBA.



Câmara de Lisboa

# Orçamento de rigor aprovado na Assembleia Municipal

“UM ORÇAMENTO de rigor e de viragem, que relança o investimento na cidade”, afirmou António Costa à saída das instalações do Fórum Lisboa, onde decorreu a Assembleia Municipal, acrescentando que “o orçamento merecia ser aprovado.

O documento que inclui o plano de actividades para 2009 aprovado com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD e os votos contra do PCP, PEV, BE e CDS/PP.

“O PSD não tem legitimidade para acusar coisa nenhuma em matéria orçamental e deveria estar calado por muitos e bons anos depois da forma como geriu o município”, disse António Costa,

A reabilitação urbana, a intervenção no espaço público e espaços verdes e a melhoria do parque escolar da cidade são as principais prioridades do orçamento e plano de actividades da Câmara de Lisboa para 2009.

Para cumprir a prioridade de reabilitar o edificado, está prevista intervenção nos bairros históricos, nos bairros municipais, nos edifícios devolutos municipais e nas AUGI's (Áreas Urbanas de Génese Ilegal), para além do edifício do Capitólio e espaço envolvente.



A intervenção da autarquia no espaço público prevê a melhoria da limpeza urbana, a reabilitação de praças, largos, passeios, calçadas e pavimentos, a recuperação de 16 jardins e sete miradouros e o desenvolvimento de dez projectos estruturantes: a ligação pedonal entre o Chiado e o Largo do Car-

mo, o acesso da Baixa ao Castelo, a passagem pedonal sobre a Av. 24 de Julho para ligar o Museu de Arte Antiga à zona ribeirinha, a reabilitação do espaço público do Bairro Alto, a via central de peões e outros espaços públicos em Marvila, o Parque do Vale Fundão, o programa Hortas do Vale de Chelas, a rede de

pistas cicláveis e bicicletas de uso partilhado, a pedonalização da Av. Duque D'Ávila e a recuperação do Tejo construindo uma ligação do saneamento à ETAR.

A prioridade da melhoria do parque escolar prevê a construção de sete novas escolas e a realização de obras em cerca de 80, para além de

um plano integrado de transporte escolar.

## Costa põe fim aos recibos verdes na Câmara

Os últimos contratos dos trabalhadores integrados no quadro da Câmara de Lisboa foram assinados no dia 8, abrangendo 59 trabalhadores, num universo superior 800, que há vários anos se encontravam a recibos verdes, numa cerimónia que contou com a presença de António Costa.

“Hoje foram assinados os últimos 59 contratos de um total de mais de 800 no quadro deste processo arbitral”, afirmou o presidente da autarquia, sublinhando que a Câmara “não tem condições financeiras para aumentar os seus vínculos, mas tem condições para integrar pessoas que já cá estavam”.

“Ao longo dos anos em vez de se fazer o que devia ser feito contrataram-se discricionariamente pessoas a recibo verde, criando um problema” para as duas partes, disse, recordando que “em 2000 estava resolvida a situação de ilegalidade. O problema foi o que veio depois. Agora não podemos voltar a cometer o mesmo erro”.

## PS/Madeira acusa Jardim de tentar desviar atenções da grave situação económica e social na região

O EXECUTIVO regional da Madeira está a esconder dos madeirenses e inclusivamente do Presidente da República a grave situação económica e social que atravessa esta Região Autónoma.

A denúncia foi feita recentemente, em conferência de Imprensa, pelo PS/M, que considerou a carta enviada por Alberto João Jardim a Cavaco Silva, onde este apela ao PR para exercer a sua “magistratura de influência” com vista a minimizar os prejuízos na região alegadamente causados por medidas do Governo de José Sócrates, como “o primeiro reconhecimento” da gravidade da situação insular.

Neste ponto em particular, o líder do grupo parlamentar socialista no Parlamento madeirense, Vítor Freitas, alertou os jornalistas para o facto do Presidente da República ter estado na Madeira em Abril de 2008, “altura em que a situação económica e social já era a que se conhece”, lembrando que nessa ocasião João Jardim apresentou ainda uma região rica e desenvolvida, “escondendo a realidade do Chefe de Estado”.

Para os socialistas madeirenses, a carta de Jardim “só pode ser



vista como um assumir de culpas”, estranhando, por outro lado, que “o líder do Executivo madeirense apresente soluções para todos os problemas do país e da Europa e não tenha soluções para resolver os da Madeira”.

Depois, Vítor Freitas lançou o desafio ao PSD/M para que este “não faça de 2009 mais um ano perdido para a Madeira”, como fez de 2007 e 2008 “ocupando-se apenas com eleições antecipadas e questões internas”.

“Deixem-se de propaganda e go-

vernem para resolver os problemas das famílias e das empresas. Não escondam a situação social e económica que a Madeira atravessa com discursos para desviar as atenções dos problemas. Acabem com as guerrilhas institucionais com a República”, instou Vítor Freitas, acrescentando ainda que os socialistas madeirenses querem

que Alberto João Jardim “regresse às suas funções, pois esteve várias vezes ausente da região em 2008, e a governe num ano que será extremamente difícil”.

“2009 será um ano complicado e começa mal com as declarações do presidente do Governo Regional que faz análises às lideranças do PS nacional e regional, desvia as atenções lançando para a agenda mediática a questão da revisão constitucional, e não exerce as suas funções governativas”, concluiu Vítor Freitas.

## ANTÓNIO COSTA COORDENA MOÇÃO DE JOSÉ SÓCRATES

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, é o coordenador da moção de estratégia que o secretário-geral, José Sócrates, vai apresentar no próximo Congresso do Partido Socialista a realizar entre os dias 27 de Fevereiro e 1 de Março de 2009.

Ideias como “força na unidade”, “esquerda democrática”, “preparar para governar”, ou ainda “o PS como força política estável e reparada para voltar a governar Portugal”, serão algumas das propostas desta moção, que o líder socialista apresentará em Espinho no XVI Congresso Nacional do PS.

Além de António Costa, a equipa de redacção da moção será ainda composta por mais 11 elementos, Alberto Martins, líder parlamentar, Augusto Santos Silva, ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, secretário de Estado da Presidência, e os deputados Osvaldo Castro e Vera Jardim. Fazem também parte deste núcleo, Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade, Pedro Adão e Silva, ex-dirigente que integrou a direcção do ex-secretário geral do PS Ferro Rodrigues, bem como Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, e a eurodeputada Edite Estrela.

Na opinião dos elementos responsáveis pela elaboração da redacção desta moção, o facto de nela participarem pessoas que antes integraram a candidatura de Manuel Alegre ou que fizeram parte da direcção de Ferro Rodrigues, mais não demonstra de que o Partido Socialista se assume hoje, como sempre se assumiu, “como uma força unificadora e um partido com um projecto político de esquerda democrática”.

Esta moção, dizem ainda estes responsáveis, tem como primordial objectivo assegurar que o PS se mantém como a principal força política portadora de um projecto de esquerda democrática em Portugal.

As eleições para a escolha do secretário-geral socialista e dos delegados ao Congresso Nacional estão agendadas para os dias 13 e 14 de Fevereiro. **R.S.A.**

# “Pagámos o que

A melhoria da qualidade de vida dos lisboetas e a recuperação da cidade têm sido centrais na acção desenvolvida pela actual equipa socialista que preside aos destinos da autarquia alfacinha.

O saneamento financeiro da Câmara Municipal de Lisboa, correspondeu, de acordo com o seu vice-presidente, a outro grande desígnio que está a ser levado a cabo com sucesso, uma vez que a autarquia pagou “o que havia a pagar” e se esforça para “efectuar todos os pagamentos a 60 dias”.

Segundo Marcos Perestrello, em entrevista ao “Acção Socialista”, há também que assinalar o elevado nível de execução do programa Simplis e o início das obras de construção de um colector paralelo ao rio para acabar com a situação “inaceitável” de 20% das águas residuais da população de Lisboa ainda serem despejadas directamente no Tejo. O vice-presidente da Câmara de Lisboa acusa PCP e PSD pela degradação do parque escolar da capital, “provavelmente um dos piores do país”.

Sobre a política interna, na perspectiva do nosso próximo Congresso, Perestrello não tem dúvidas de que “o PS é único partido português com um projecto para Portugal”.

**A reabilitação urbana, espaço público e escolas são prioridades inscritas no Plano de Actividades e Orçamento da Câmara para 2009. Porquê a aposta nestas três áreas?**

São áreas que têm em comum melhorar a qualidade de vida das pessoas e recuperar a cidade. Uma política sustentável de reabilitação urbana é essencial para implementar uma política de rendas acessível, que permita às pessoas habitarem na cidade. Sem um espaço público conservado, limpo, iluminado e cuidado as pessoas não olham para a cidade como sendo “sua”. Sem escolas a cidade morre porque as famílias não se podem fixar em locais que não ofereçam condições para os seus filhos estudarem. A cidade de Lisboa tem provavelmente um dos piores parques escolares do país e é fundamental para a renovação da cidade inverter esse cenário. A responsabilidade pela degradação do parque escolar básico da cidade de Lisboa é do PCP e do PSD, que, nos últimos 16 anos, tiveram essa responsabilidade e não lhe atribuíram a importância devida. Lançámos o Programa Escola Nova – que visa a construção de sete novas escolas e reabilitação de 80 das 90 escolas básicas da rede pública, num investimento de 44 milhões de euros, que teve início em 2007 e se estenderá até 2011.

**Quais as principais propostas que foram acolhidas pela Câmara no âmbito do Orçamento Participativo em que os lisboetas, pela primeira vez, foram chamados a dar o seu contributo para a execução das políticas municipais?**

O orçamento participativo é

para levar a sério, tem uma componente importante do investimento municipal e constitui um importante avanço nas políticas de proximidade que é necessário desenvolver nas autarquias. Os cidadãos de Lisboa que participaram na elaboração do Orçamento escolararam especialmente projectos ligados à melhoria do espaço público e, particularmente, a construção de pistas cicláveis.

**Como está a decorrer o Simplis, o Simplex para o município lançado pelo actual Executivo camarário?**

O Simplis 2008 encerrou a sua execução a 31 de Dezembro. Das 17 medidas previstas, 12 foram totalmente executadas, 4 foram parcialmente concretizadas e uma foi reprogramada. Obteve, por isso, uma taxa de execução muito boa, de 86,4%.

Importa dizer que não nos interessa fazer apenas uma avaliação do cumprimento formal das medidas. Assumimos, no início deste projecto, a importância de avaliar, com total transparência, os resultados alcançados. São esses resultados que nos permitem avaliar o impacto da acção da Câmara na vida das pessoas, das empresas e das associações e ajudar-nos a tomar as medidas de modernização adequadas.

E os dados que temos permitem-nos afirmar que as medidas Simplis tiveram um impacto significativo na forma da prestação de serviços ao utente, nomeadamente, através da disponibilização de “Serviços na hora”, como a “certidão de licença de utilização na hora”, que permitem numa única deslocação aos serviços municipais obter os do-

cumentos pretendidos e também a prestação de “Serviços online” que permitem o acesso a partir de qualquer lugar e a qualquer hora do dia ou da noite, oferecendo uma total liberdade ao utilizador. São disso exemplos o atendimento personalizado on line e as plantas de localização on line, disponíveis gratuitamente no sítio da Câmara na Internet.

Também na área da cidadania e no que respeita à participação pública na gestão da cidade, a autarquia deu passos largos ao construir um modelo de Orçamento Participativo, inédito em Portugal, que coloca ao escrutínio dos cidadãos de Lisboa a afectação de verbas municipais em projectos que os próprios cidadãos propuseram.

Estamos neste momento a ultimar a edição 2009 do Simplis, que será este ano pela primeira vez submetida a consulta pública, para colher, em primeira mão, as necessidades e expectativas dos lisboetas.

**Em que consiste o “Atendimento personalizado on-line”?, uma iniciativa deste Executivo onde os munícipes poderão obter informações, esclarecer dúvidas e dar sugestões no âmbito das competências da Câmara, sem ser necessária uma deslocação física aos serviços municipais?**

A medida atendimento personalizado online entrou em vigor no dia 7 de Julho. Consiste na disponibilização de atendimento on line, numa lógica de balcão único, mediante um chat que é acedido através do sítio Internet da CML. Esta ferramenta permite ao cidadão interagir directamente com um atendedor do Centro de Atendimento ao Munícipe



nos dias úteis entre as 8 e as 20h, criando mais um canal de relacionamento directo com as pessoas que permite obter informações de carácter geral.

Desde essa data até agora, realizaram-se mais de mil atendimentos on line, o que contribuiu para reduzir em quase 30% o número de atendimentos presenciais relativamente ao período análogo do ano passado e contribuiu para reduzir os tempos de espera.

Este modelo inovador de atendimento é uma das componentes do balcão de atendimento virtual, uma das vertentes do balcão único de atendimento, multicanal e integrado, que estamos a desenvolver. A CML é, aliás, a coordenadora da medida Balcão de Atendimento Virtual do Simplex Autárquico, programa a que aderiu o ano passado.

**Que obras estão a começar no Terreiro do Paço?**

Estamos em 2009, no século XXI, e, por incrível que possa parecer, as águas residuais de cerca de 20% da população de Lisboa ainda são despejadas no Tejo sem qualquer tratamento. Esta situação é inaceitável e daí o lema “O Rio não pode esperar”. Para corrigir essa situação é necessário construir um colector paralelo ao rio, entre o Largo do Chafariz de Dentro e o Cais do Sodré, que depois transporte as águas residuais até à ETAR de Alcântara para serem tratadas.

Estas obras deveriam ter sido efectuadas em simultâneo com as obras do Metropolitano, no Terreiro do Paço, mas infelizmente não foram – a câmara na altura não teve esse cuidado. A nossa preocupação quando fomos eleitos

entrevista ao “Acção Socialista”

# “...e havia a pagar”



foi desenvolver o mais rapidamente possível o projecto dessa obra e identificar todas as intervenções que é necessário fazer no Terreiro do Paço, para que decorram em simultâneo e se ponha fim a esta vergonha de acabar uma obra e começar outra a seguir, fazendo com que a cidade pareça sempre um estaleiro e os incómodos para as pessoas não tenham fim.

Assim, numa atitude pouco habitual em Portugal, diversas obras de diferentes entidades arrancam em simultâneo, para economizar tempo, recursos e transtornos. Aproveitando a construção do sistema de drenagem pela SIMTEJO, a EPAL vai renovar a conduta de abastecimento da zona ocidental, que precisa de ser substituída, e a Frente Tejo vai fazer a contenção do Torreão Poente, que está em risco, e iniciar a renovação do

“Lançámos o Programa Escola Nova – que visa a construção de sete novas escolas e reabilitação de 80 das 90 escolas básicas da rede pública, num investimento de 44 milhões de euros, que teve início em 2007 e se estenderá até 2011”

espaço público, no âmbito das intervenções que vai efectuar em diversas zonas da frente ribeirinha, a propósito das comemorações do centenário da República.

**Como vice-presidente da autarquia, o que pensa, do ponto de vista político, da atitude da Concelhia do Bloco de Esquerda (BE) ao ter retirado a sua confiança ao vereador Sá Fernandes, eleito com independente nas listas do BE, e que implicações pode ter esta decisão na gestão da Câmara Municipal de Lisboa a um ano das eleições autárquicas?**

O Bloco de Esquerda pôs os seus interesses partidários à frente dos interesses da cidade de Lisboa e revelou-se um partido traçoeiro pois tinha um acordo com o PS que rompeu sem qualquer justificação.

**Que políticas e em que áreas pensa ser prioritária a intervenção da CML, de forma a responder ou a minimizar o impacto da actual crise financeira internacional na gestão do município e no quotidiano dos lisboetas?**

A câmara deve preocupar-se em manter as redes sociais de apoio aos mais desfavorecidos, mas o grande papel que pode e deve desempenhar é cumprir os seus compromissos, pagando a tempo e horas aos fornecedores, e agilizar os processos de licenciamento para facilitar o investimento que os privados querem fazer na economia da cidade. É neste quadro que se insere o esforço para sanear as contas da autarquia e pôr a câmara a funcionar. No tempo do PSD, a Câmara não pagava a ninguém, agora, pagámos o que havia a pagar e esforçamo-nos

para efectuar todos os pagamentos a 60 dias.

**A contestação social motivada pelas reformas governativas nos sectores do trabalho e da educação tem afectado de alguma maneira a unidade no interior PS, como alguns dos nossos adversários políticos tentam fazer crer?**

Creio que a contestação era esperada no último ano de mandato. Pela intensidade e abrangência das reformas e desafio aos interesses corporativos e pelo facto de a conjuntura internacional agravar as condições de vida.

Só um PS unido e com uma liderança forte pode responder responsabilmente e com eficácia aos grandes desafios do país, da Europa e do mundo.

**Que avaliação faz do clima de unidade e forte participação militante em que decorreram os recentes congressos federativos?**

É saudável constatar que nesses congressos participação não rimou nem com unanimismo nem com fragmentação. Participaram dezenas de milhar de militantes, foram eleitos muitas centenas de dirigentes e discutidas dezenas de moções, num clima de urbanidade democrática, própria de um partido maduro e que sabe o que quer para o país.

**Alguma Comunicação Social tem vindo com insistência a especular sobre candidaturas alternativas a José Sócrates ao lugar do secretário-geral do PS, nas directas de Fevereiro. Em sua opinião, estão reunidas as condições para surgirem as lutas pretendidas pelos media ou, antes pelo contrário, o partido deve valorizar a unidade e a coesão?**

O PS é um partido democrático, sempre foi, e como tal podem surgir candidaturas alternativas. Os Estatutos do partido e o Regulamento da eleição do secretário-geral permanecem inalterados desde o Congresso de 2005, que como nos recordamos foi muito disputado, foram feitos com a preocupação de facilitar a apresentação de candidaturas.

**Quais são as suas expectativas relativamente ao XVI Congresso Nacional?**

Que fique claro para os portugueses que o PS é o único partido português com um projecto capaz para governar Portugal e enfrentar a grave crise que vivemos, garantindo a liberdade, a igualdade de oportunidades, a solidariedade social e a coesão da sociedade portuguesa.

Isabel Santos, candidata do PS à Câmara de Gondomar

# “Não estou na política para combates fáceis”

Com “tranquilidade, coragem e determinação” Isabel Santos encara como “estimulante” o desafio de ser candidata do PS à presidência da Câmara de Gondomar. E adianta, nesta entrevista ao “Acção Socialista” que vai elaborar um programa “credível e alternativo”, na base de um novo contrato social com a população, que promova a qualificação e o desenvolvimento do concelho, de forma a romper com o estado de “letargia” em que este se encontra mergulhado devido a uma gestão ruínoza e populista.

**A COMISSÃO Política Concelhia de Gondomar confirmou-a como cabeça-de-lista à Câmara nas próximas eleições autárquicas, com 50 votos a favor, dois contra e um nulo. Como encara esta prova de confiança e o desafio que tem pela frente?**

A forma como decorreu todo o processo da minha indicação e o resultado da votação na Comissão Política constituem uma prova de confiança que muito me honra e vem reforçar a minha responsabilidade face ao capital de esperança depositado pelos órgãos e pelos militantes na minha candidatura.

Devo dizer que abraço este desafio como um dos maiores senão mesmo o maior desafio da minha vida e enfrento-o com a tranquilidade, a coragem e a determinação de quem tem a consciência de que este não é um combate fácil, mas que por isso mesmo se torna particularmente estimulante.

A nobreza de lutar pela terra onde nasci e sempre vivi dá-me o ânimo necessário para vencer as dificuldades.

**De que forma é que vai implementar “o amplo envolvimento de todos” que preconiza na formulação de um novo contrato social que quer apresentar à população de Gondomar?**

Vou abrir um processo de envolvimento de diversas figuras no debate de ideias, promovendo acções que chamem os cidadãos a participar nesse debate e a darem contributos.

Para além disso, o “site” da minha candidatura na Internet disporá de uma caixa onde as pessoas poderão

deixar as suas sugestões.

Quero que cada homem e cada mulher de Gondomar sejam parte activa na construção do projecto de mudança que o Partido Socialista apresentará a sufrágio nas próximas eleições autárquicas.

**Afirmou que encara este novo desafio com a tranquilidade, a coragem e a determinação de quem tem a consciência de que este “não é um combate fácil, mas que se torna particularmente estimulante”. Porquê?**

A política do betão e de crescimento desordenado e incaracterístico de Gondomar, fragilizando a sua identidade originária sem permitir que se sedimente uma nova identidade, constituem fortes aliados para a acção populista do actual presidente da Câmara, tornando esta uma das mais difíceis batalhas eleitorais a nível regional e nacional.

Mas, como costume dizer, não estou na política para combates fáceis e as situações difíceis são, de facto, as mais estimulantes porque exigem um maior esforço de construção e são nelas que se reforçam o carácter e a qualidade do trabalho de um verdadeiro político.

**Como pensa, como diz, desenvolver o orgulho identitário e a esperança aos gondomarenses e colocar de novo o concelho no mapa do desenvolvimento?**

O alcance desses objectivos passa forçosamente por um processo de requalificação da vida política no concelho e de ruptura com o estado de letargia em que o concelho se tem visto mergulhado, mercê



da falta de uma estratégia e de uma visão de futuro, fazendo de Gondomar sinónimo de qualidade de vida e de desenvolvimento económico e social.

Viver na margem do Douro não é viver à margem do mundo. Gondomar, por força da sua localização geográfica e da tradição empreendedora do seu tecido económico e social, tem características que se impõe promover e potenciar.

Não podemos perder de vista que fazemos parte do contínuo urbano que integra o Porto, Gaia, Maia e Valongo com o qual temos de desenvolver uma relação activa

de complementaridade e competitividade.

Gondomar é um parceiro importante no mapa político da área metropolitana. Tem que se assumir também nesse papel e rejeitar a secundarização a que tem sido votado pela gestão da direita na área metropolitana do Porto.

Não há um qualquer tipo de fatalidade que nos possa condenar a este estado de ser permanentemente notícia pela negativa, é necessário elevar a auto-estima colectiva e reconstruir uma identidade e restituir aos cidadãos o orgulho de serem gondomarenses.

**Quais as linhas-força em que pretende alicerçar o seu programa para retirar Gondomar da cauda da área metropolitana do Porto?**

As grandes linhas de força passarão forçosamente pela aposta na qualificação das pessoas, na promoção do emprego e de uma nova geração de políticas sociais, pelo desenvolvimento efectivo de uma política de ambiente e de criação de espaços verdes, pela implementação de uma estratégia de captação de investimento social e ambientalmente responsável e de apoio às artes tradicionais, pela afirmação do potencial turístico da frente ribeirinha, por uma política de urbanismo com dimensão humana.

**Como pensa romper com “o ciclo estafado, marcado pela ausência de projecto e de visão de futuro” que tem marcado a gestão de Valentim Loureiro e que na sua opinião tem condenado o concelho “à mais profunda es-**

**tagnação”?**

Pela apresentação de um programa político e de políticas alternativo credível e criativo que sirva à qualificação e credibilização do concelho.

**E como tenciona desmascarar a gestão populista em que tem assentado a gestão do major?**

Apresentando, em devido tempo, os resultados ruinosos dessa mesma política e contrapondo-lhe um projecto alternativo e uma forma bem diferente de estar na política. Os gondomarenses saberão certamente ajuizar.

## PERFIL

Natural de Gondomar, onde nasceu em 1968, Isabel Santos é licenciada em Relações e Cooperação Internacionais e pós-graduada em Sociologia.

Exerce as funções de deputada à Assembleia da República desde 2005, tendo integrado, antes da Reforma da Assembleia da República, a Comissão de Trabalho e Segurança Social



e a Subcomissão para a Igualdade. Após a Reforma, passou a integrar as Comissões de Trabalho, Segurança e Administração Pública e de Economia e Desenvolvimento Regional, respectivamente, na qualidade de efectiva e suplente. Desempenhou ainda as funções de vice-secretária da mesa da Assembleia da República. Isabel Santos integra ainda o Se-

cretariado da Federação Distrital do PS/Porto e a Comissão Nacional do PS. A candidata do PS a Gondomar conhece bem os cantos à casa visto que foi aí que iniciou a sua actividade profissional como técnica superior. Posteriormente, foi adjunta do presidente da Câmara de Municipal de Matosinhos e directora de Recursos Humanos nesta autarquia.

## PS/Setúbal vai organizar convenção autárquica

O SECRETARIADO da Federação do PS de Setúbal deliberou realizar uma grande convenção autárquica nos dias 27 e 28 de Março.

Segundo a Federação socialista, recentes sondagens de opinião dão conta do “reforço da posição do PS no distrito”, contrariando de forma muito evidente a divulgação que o PSD fez recentemente da candidatura de um dos seus militantes a Setúbal.

“Esses estudos de opinião – já foram realizados três



reforçam consistentemente o PS e relegam o PSD para a terceira força autárquica, numa distância considerável

do PS, que se reassume assim, em Setúbal, como a grande força da esquerda”, refere a Federação socialista, liderada pelo camarada Vítor Ramalho.

Encorajado por estes factos, o Secretariado pretende que na convenção autárquica de Março que decorrerá em Setúbal se aprofunde um programa global do PS para todo o distrito e para cada um dos concelhos, definindo-se os candidatos a todos os órgãos autárquicos de todos os concelhos.

## Socialistas de Arganil aplaudem reforço da segurança do concelho

A RECENTE criação de um novo Destacamento da Guarda Nacional Republicana (GNR) em Arganil foi recebida pelo PS local com muita satisfação, uma vez que esta medida governativa significará um “aumento da segurança das populações dos concelhos da Beira Serra”, que estão sob a influência desta nova estrutura.

Em comunicado, o Secretariado da Comissão Política Concelhia de Arganil sublinha que o novo destacamento decretado pelo Ministério da Administração Interna “terá associado um reforço no contingente de efectivos humanos e meios da GNR em permanência na região, os quais estarão afectos às várias unidades desta força de segurança, nomeadamente a Guarda Territorial, a Brigada de Trânsito, o Núcleo de Investigação Criminal, a Protecção da Natureza e Ambiente e a

Guarda Fiscal, entre outras áreas da sua actuação”.

Segundo os socialistas, Arganil irá beneficiar fortemente, mais uma vez, de uma decisão tomada pelo actual Executivo.

Isto porque, destacam no texto, “será criada no concelho uma nova centralidade regional na área da segurança e protecção civil, facto que só foi possível na medida em que o Governo do PS, na época liderado por António Guterres, oportunamente investiu na construção de um novo Posto da GNR em Arganil, fazendo com que as actuais instalações tenham capacidade e as condições adequadas para acolher estas novas competências e os meios que lhe serão afectos”.

Assim, para o PS/Arganil, “esta reorganização territorial e a modernização dos meios colocados à disposição da GNR, permitirá aumentar a qualidade da sua intervenção e a proxi-

midade com as populações, inculcando-lhes um maior sentimento de protecção e segurança e prevenindo a ocorrência de perturbações”.

O PS de Arganil salienta ainda no mesmo documento que a decisão agora tomada demonstra que, “apesar das dificuldades que assolam o país, o Governo PS não esquece as regiões do interior e as pessoas mais desprotegidas, criando as condições para que estas ultrapassem as suas fragilidades e se aproximem dos indicadores de bem-estar das zonas mais desenvolvidas”.

“Este é mais um exemplo claro que a Administração Central só investe no nosso concelho quando o Partido Socialista assume responsabilidades governativas, contrariamente ao que acontece noutros períodos, durante os quais fomos esquecidos e votados ao abandono”, concluem os socialistas. **M.R.**

## Primeiro parque agro-industrial vai nascer em Ferreira do Alentejo

PROMOVIDO pela Câmara Municipal, o primeiro parque agro-industrial em Portugal deverá nascer em Ferreira do Alentejo, com o objectivo de disponibilizar espaços adequados à instalação de unidades agro-industriais, como o maior lagar de azeite do mundo projectado para o concelho.

O Parque Agro-Industrial do Penique (PAIPE), situado perto da aldeia de Odivelas e a cerca de oito quilómetros da vila de Ferreira do Alentejo, deverá abranger 50 hectares de um terreno classificado como agro-industrial, 20 dos quais correspondem a lotes propriedade da autarquia e 30

de três privados.

“O objectivo é criar uma infra-estrutura que disponibilize a investidores espaços adequados para a instalação de unidades da fileira agro-industrial”, disse o presidente do município de Ferreira do Alentejo, o socialista Aníbal Costa.

Através do PAIPE, “o primeiro em Portugal”, sublinhou o edil do PS, o concelho de Ferreira do Alentejo estará em condições “de atrair e de acolher investimentos agro-industriais” e, desta forma, “criar emprego e dinamizar a economia da região”.

Segundo Aníbal Costa, o

aumento da área de regadio no concelho, desde que começou a funcionar o primeiro bloco de rega de Alqueva, conhecido como Infra-estrutura 12, a introdução de novas culturas, como o algodão e o pimento, a expansão do olival e de outras culturas com “grande tradição” na região, como o tomate e os citrinos, “poderão originar novas unidades agro-industriais”.

Num dos lotes do futuro PAIPE, que corresponde ao Monte da Oripa, salientou o autarca, vai ser construído o maior lagar de azeite do mundo, cujo projecto de arquitectura foi recentemente aprovado pelo município.

### OPINIÃO



**RAMOS PRETO**  
Deputado do PS

*Portugal encontra-se na primeira linha do combate às alterações climáticas a nível europeu*

## DE BALI A COPENHAGA

O MUNDO tomou consciência de que a alteração do clima não é apenas um problema ambiental. Actualmente é muito mais um problema de política externa de cada país da União Europeia no seu relacionamento com os outros países terceiros.

O debate científico acerca das alterações climáticas está praticamente terminado e, hoje, ninguém põe em causa que a actividade humana, o nosso modo de vida, está contribuindo para isso. A alteração do clima é uma realidade e os seus efeitos estão a sentir-se por todo o planeta.

Nesta questão, o mundo começa a ter consciência de que não pode haver distinção entre o global e o local, porque no que respeita às consequências do nosso modo de vida, neste particular, o global é o local sem muros e sem fronteiras.

Na sequência do estabelecido na Convenção Quioto das Nações Unidas sobre alterações Climáticas de 1992 realizou-se em Poznan, na Polónia, em Dezembro de 2008, a 14ª Conferência das Partes da Convenção Quioto das Nações Unidas sobre alterações climáticas.

A conferência das partes é o órgão máximo da convenção a quem compete zelar pelo cumprimento do disposto nessa convenção internacional e vigiar pela correcta aplicação de todos os instrumentos jurídicos que a integram e que foram adoptados pelos Estados que outorgaram essa convenção.

A convenção reúne-se anualmente e, neste Dezembro de 2008, em Poznan, participaram mais de 180 Estados-membros.

Foi uma reunião intermédia entre a conferência de Bali, em Dezembro de 2007, na qual se estabeleceu o chamado “mapa de Bali” – “Bali roadmap”, que configura num conjunto de decisões relativas a acções a desenvolver tendo em vista a promoção de um futuro climático seguro e a conferência de Copenhaga, em Dezembro de 2009.

A reunião de Bali foi determinante não só por se ter fixado o chamado “Bali roadmap”, mas também porquanto ele é acompanhado pelo relatório do grupo de trabalho ad hoc sobre novos compromissos das Partes do Anexo I do Protocolo de Quioto (“AWG-KP”).

Convém referir que o Protocolo de Quioto de 1997 prevê objectivos obrigatórios de redução de emissão de gases com efeito de estufa para os países industrializados e ele é um instrumento jurídico de aplicação concreta do objectivo mais lato referido na Convenção Quioto, ou seja, a estabilização das emissões dos gases com efeito estufa na atmosfera a um nível que junta prevenir interferências humanas danosas com o sistema climático, em execução do previsto nos artigos 4(2) e 4(2)(b) da Convenção e de harmonia com o estabelecido no “Mandato de Berlim”.

Convém referir que os objectivos que vinculam as partes no Protocolo de Quioto são enunciados no Anexo B do mesmo sob a forma de uma quota percentual e prevêem uma redução média das emissões de gases com efeitos de estufa para os países do Anexo I, do 5% relativamente aos níveis de 1990, a alcançar por cada país dentro do primeiro período de referência que decorre entre 2008 e 2012.

Os objectivos de redução das emissões são de aplicação obriga-

tória para todos os países referidos no Anexo I do Protocolo de Quioto, porém são diferentes de país para país, com base numa tabela contida no anexo B do referido protocolo.

A título de exemplo refira-se que nessa tabela constam os países da União Europeia com um objectivo global de redução de emissões de 8%.

Porém, esse objectivo global é depois, obviamente, repartido em obrigações diferenciadas de cada um dos países com base num acordo posterior entre os países da União de partilha de responsabilidades, concluindo entre os diversos países da União Europeia, em 1998, em conformidade com o previsto no artigo 4 (1) do Protocolo de Quioto.

Artigo esse que autoriza os Estados-membros a prosseguirem em conjunto os objectivos a que estão obrigados de redução das emissões estabelecidas no Anexo B do Protocolo, em cumprimento do mecanismo da Bolha Europeia.

Este mecanismo de partilha de responsabilidades permite obter uma mais fácil e justa repartição do objectivo global entre todos os estados da União Europeia, considerados os diversos níveis de desenvolvimento de cada um deles.

Portugal está assim vinculado a cumprir a sua quota parte dos objectivos globais europeus, o que tem vindo a fazer, demonstrando que se encontra na primeira linha do combate às alterações climáticas a nível europeu.

Na cimeira de Poznan na qual se procedeu à operacionalização em definitivo do Fundo de Adaptação às Alterações Climáticas e se aprovou a Estratégia para a Transferência de Tecnologia foi uma cimeira interlocutória entre Bali e Copenhaga na qual se definiram as metas de redução de emissão para o período pós-2012 e na qual se espera que os EUA, tenham um papel determinante na estabilização do novo tratado internacional que irá condicionar toda a humanidade.

A Europa com a aprovação do pacote energia clima deu um exemplo e tem de se continuar a afirmar como o motor de todo este processo de modo que as metas que pretendemos alcançar em 2020 não fiquem frustradas. Para tal em Portugal temos de continuar a apostar nas energias renováveis, no aumento da eficiência energética e na redução das emissões totais de gases com efeito de estufa.

Porém, os esforços dos países europeus têm de ser acompanhados por esforços significativos dos países em vias de desenvolvimento para que também eles possam crescer substancialmente com uma economia baseada no baixo carbono.

A grande esperança é a de que, durante o ano de 2009, a Europa e os EUA harmonizem políticas globais que lhes permita chegar a Copenhaga, em Dezembro, com posições suficientemente próximas para que, no dia 1 de Janeiro de 2013, o mundo possa ter ao seu dispor um Tratado Internacional sobre Alterações Climáticas que nos permita continuar a viver de modo sustentável, contribuindo, com a nossa conduta colectiva, para que os nossos filhos e netos possam desfrutar de um planeta com um clima estável no qual possam aplicar a sua sabedoria para o manter como o centro da sua existência colectiva.

# PS na rota do interior do Algarve

**“Imprimir maior dinamização à economia local, aumentar a habitação a custos controlados e intensificar o apoio aos idosos, de forma a reduzir o impacto do isolamento imposto pela desertificação”, constituem as grandes preocupações das populações do interior algarvio, identificadas pelo presidente da Federação do PS/Algarve, Miguel Freitas, durante a realização da Rota do Interior, iniciativa que decorreu no âmbito da iniciativa “O PS em Acção”.**

APROXIMAR os membros da Comissão Política da Federação do PS dos problemas concretos da região, de forma a identificar as principais dificuldades das populações e posteriormente encontrar soluções adequadas a cada problemática, são o objectivo destas reuniões desconcentradas, que se irão realizar mensalmente, abrangendo todos os municípios algarvios.

Segundo Miguel Freitas, que nesta primeira rota se deslocou aos concelhos de São Brás de Alportel, Loulé (Salir), Silves (São Bartolomeu de Messines) e Monchique, as principais preocupações nas zonas mais afastadas dos centros de decisão, prendem-se sobretudo com a necessidade de inculcar novo estímulo às actividades económicas, aumentar a habitação social e o apoio social aos mais velhos, situação que decorre da profunda dispersão das povoações serranas.

Durante o périplo pelo interior da região, Miguel Freitas ouviu “in loco” as reclamações das populações e de dirigentes autárquicos, nomeadamente presidentes das juntas de freguesia, que apontaram a necessidade de melhoramento de vários instrumentos de apoio ao desenvolvimento local, entre os quais se destacam as políticas do ordenamento do território, de

forma a ultrapassar o actual “estrangulamento do interior”.

Os autarcas reclamaram ainda maior investimento por parte dos municípios relativamente às freguesias do interior, mais informação sobre o acesso aos fundos comunitários e maior descentralização de verbas para as juntas de freguesia.

## Nova geração de políticas em Monchique

No concelho de Monchique, o presidente da Federação socialista encontrou um cenário mais optimista. Concluída que está a rede de infra-estruturas, o município abre-se a uma segunda geração de políticas sociais e ambientais.

De salientar os investimentos na educação, com a construção do Centro Escolar de São Pedro, projecto que integra creche, pré-escolar e ensino básico (1º ciclo), bem como a criação da Casa da Juventude, que inclui um centro Internet, ludoteca e salas de estudo.

De olhos postos no futuro mas sem esquecer os que já contribuíram para a riqueza do concelho, a autarquia prepara-se para avançar com investimentos também nas áreas da saúde e da solidariedade social, com a criação de uma rede



de apoio domiciliário aos mais idosos e pessoas com mobilidade reduzida, através de uma candidatura ao Plano de Acção Integrada (PAI), em conjunto com as IPSS locais e outros parceiros.

Outra opção em Monchique tem sido o acolhimento de investimentos turísticos que possam qualificar o concelho e proporcionar emprego para os mais jovens.

Esta foi, aliás, a principal preocupação manifestada por Carlos Tuta, o socialista que preside à Câmara Municipal de Monchique, à Comissão Política do PS/Algarve. Mais apoio às PME e a criação de emprego para fixar os jovens no interior, o que traduz a preocupação com as pessoas, e também cuidados quanto à melhoria do ambiente são matérias que Carlos Tuta pretende continuar a desenvolver, e nesse

sentido vai desenvolver esforços para integrar a rede de esgotos num único colector e resolver o problema das suiniculturas existentes no concelho.

## Estabelecimento prisional do Algarve arranca em 2009

Outra nota dominante nesta primeira iniciativa realizada no âmbito do projecto “O PS em Acção”, foi a visita ao terreno onde será construído o futuro Estabelecimento Prisional do Algarve, em São Bartolomeu de Messines, no concelho de Silves.

Vinte anos depois de ter sido esboçado o projecto, o investimento de 50 milhões de euros irá concretizar-se já a partir de 2009, estando a obra inscrita em PIDDAC. No próximo ano será desbloqueado o primeiro milhão de euros, sendo

os restantes atribuídos entre 2010 e 2011.

O edifício, a ser construído em terrenos adquiridos pelo Estado, terá uma capacidade de acolhimento entre 600 a 800 pessoas, permitindo concentrar toda a comunidade prisional do Sul do país.

O projecto, um dos cinco maiores investimentos a concretizar no Algarve, nos próximos quatro anos, permitirá criar cerca de 450 postos de trabalho, constituindo assim um importante foco de desenvolvimento da economia local, beneficiando sobretudo os sectores da restauração e do alojamento.

A esta primeira iniciativa integrada no projecto “O PS em Acção” seguir-se-ão as Rotas do Guadiana, do Arade, da Costa Vicentina, da Polis Cidades e da Ria Formosa.

## Minas de Aljustrel vão voltar a laborar

GRAÇAS ao forte e determinado empenho do Governo, vai ser retomada a laboração mineira no concelho de Aljustrel. O primeiro-ministro presidiu à cerimónia de assinatura do contrato de compra das acções da Pirites Alentejanas pela empresa portuguesa MTO à multinacional Lundin Mining, em Aljustrel, bem como a um acordo entre o Estado e a concessionária das minas para exploração da mina do Gavião, também no concelho de Aljustrel. Na ocasião, José Sócrates considerou que “esta solução é boa por vários motivos: porque permite que as minas de Aljustrel voltem a trabalhar e a do Gavião entre em funcionamento, mas também porque, pela primeira vez, Portugal vai ter uma empresa mineira dirigida por portugueses”.

Recorde-se que a multinacional suspendera a extracção e a produção, iniciada havia oito meses, devido à baixa cotação do zinco no mercado internacional, tendo o primeiro-ministro revelado que, quando a multinacional comunicou que previa dificuldades, o Governo “consi-



derou imediatamente que esta era a altura para incentivar um grupo português a ser dono de uma mina”, o que constitui um valor acrescentado para Portugal.

E sublinhou que o facto de ser um grupo português a explorar as minas significa que a empresa é dirigida por “alguém que compreende a dimensão de uma mina como a

de Aljustrel e que percebe a importância que isso tem para a economia regional”.

Para o Governo, disse, é “absolutamente fundamental que o conjunto das duas minas, Aljustrel e Gavião, possa ter futuro”, sublinhando que “isto quer dizer que o conjunto das duas minas vai ter mais emprego, mais actividade e, com isso, contribuir com mais riqueza para Aljustrel e para o país».

José Sócrates referiu que a Lundin Mining “não aproveitou nem um tostão dos apoios do Estado”, uma vez que “não cumpriu o contrato e transferiu as responsabilidades para a MTO», tendo-se o Estado limitado a dar condições à MTO para explorar Aljustrel e investir na do Gavião.

O Estado vai agora negociar com a empresa portuguesa os apoios que tinham sido acordados com a multinacional.

O presidente da Câmara Municipal de Aljustrel e o representante do sindicato dos mineiros mostraram a sua grande satisfação com a solução encontrada pelo Governo.

# PS comemora 19 anos de exercício do poder local em Montalegre

**Montalegre faz parte das prioridades do Governo Socialista, afirmou convictamente o líder da Federação Socialista de Vila Real, Rui Santos, ao participar recentemente nas comemorações dos 19 anos de exercício governativo socialista naquela autarquia local.**

TAMBÉM este ano a Escola Secundária Bento da Cruz foi o local escolhido para celebrar a vitória do PS no concelho de Montalegre e, perante uma vasta assistência, Rui Santos fez um balanço muito positivo da actuação do Executivo liderado pelo camarada José Sócrates, lembrando muitas das metas traçadas em 2005 e agora alcançadas em benefício de Portugal e dos portugueses, nomeadamente a redução do défice público para menos de 3%, a reforma da Segurança Social, que garantirá a sua sustentabilidade, o Plano Tecnológico e o contínuo reforço de diversas políticas sociais.

“O PS continua a governar para o país e para o distrito”, disse o líder dos socialistas vila-realenses, apontando a conclusão da A24 e da A7, a adjudicação da A4 e do IC5 e o significativo aumento do número de vagas em diversos equipamentos sociais de apoio às famílias como marcas de uma governação socialista à altura das

suas responsabilidades e dos reptos dos tempos modernos.

Segundo Rui Santos, a construção de um lar de idosos em Cabril, em parceria com a autarquia presidida pelo camarada Fernando Rodrigues, a futura criação de equipamento idêntico em Salto e em Montalegre, bem como a instalação de uma Unidade de Cuidados Continuados são obras que comprovam que as políticas para o desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida no interior são prioritárias para o Governo do PS.

Nesta ordem de ideias, também a deputada socialista Paula Barros saudou a política levada a cabo pelo actual Executivo nacional, salientando “o orgulho no dever cumprido”, nomeadamente ao nível das políticas reformistas executadas, do equilíbrio das contas públicas e da implementação de medidas de apoio ao interior.

A encerrar a sessão, o edil Fernando Rodrigues reforçou o re-



conhecimento feito pelos outros oradores ao Governo, salientando, de modo particular, a forma como este tem enfrentado e se propõe combater os efeitos negativos da actual crise internacional.

Fernando Rodrigues fez também um percurso rápido pela

obra realizada em quase quatro anos de governação socialista, anunciando com visível satisfação que no decorrer deste ano será construído um Centro Escolar no concelho e será realizada uma intervenção na EN103, que liga Montalegre a Braga, uma das

suas maiores reivindicações.

Quanto aos arremessos da oposição local, o autarca socialista assegurou que “o PSD não tem candidato, porque não é alternativa”.

“Eles que venham que nós estamos cá com obra feita para mostrar”, concluiu. M.R.

## Concelhia de Leiria promove conferência sobre políticas autárquicas de fiscalidade

O FISCALISTA e professor universitário Saldanha Sanches e o vereador eleito pelo PS na Câmara de Leiria são os dois oradores da conferência aberta sobre “Políticas autárquicas de fiscalidade”, que decorrerá no próximo dia 16 de Janeiro, pelas 21 horas, no auditório da Escola Superior de Educação de Leiria.

Esta conferência insere-se num conjunto de questões que a Concelhia do PS/Leiria, liderada pela camarada Odete João, pretende levar à discussão pública, em jornadas abertas a toda a população, sobre assuntos globais e nacionais, mas cuja actuação local pode ser diferenciadora através de políticas autárquicas específicas. Estas conferências abertas deverão abordar em 2009 temas como a educação, a mobilidade, ambiente, desporto, entre outros, a divulgar oportunamente.

“Com as questões económicas e financeiras na ordem do dia, e com uma opinião pública cada vez mais atenta às discussões e decisões relacionadas com estas temáticas, a



reflexão sobre as políticas autárquicas de fiscalidade revela-se bastante oportuna, nomeadamente através da análise do potencial de flexibilidade dos meios locais para adequar as políticas nacionais às realidades regionais”, refere a Concelhia do PS/Leiria em comunicado.

**Concelhia já está “online”**

Entretanto, a Concelhia do PS/Leiria já está “online” no novo “site” <http://ps-concelhialeiria.org>. Estar perto da comunidade, junto dos cidadãos e em sintonia com os militantes, é um dos principais objectivos do recém-inaugurado ‘site’ da Concelhia. O ‘site’ é visualmente simples e de fácil navegação e irá albergar as notícias das principais iniciativas do Partido Socialista em Leiria, dando nota daquilo que são as ideias e as linhas de orientação do PS para o

concelho.

O “site” pretende também ser um ponto de encontro, não só de militantes mas de todos os cidadãos interessados, promovendo a reflexão sobre o concelho e a cidade, através do acesso e troca de informações.

## FERNANDA ASSEICEIRA É A CANDIDATA DO PS À CÂMARA DE ALCANENA



A DEPUTADA e actual vereadora da Câmara de Alcanena, Fernanda Asseiceira, aceitou o desafio lançado pelo presidente da Federação de Santarém, Paulo Fonseca, no Congresso distrital realizado no passado mês de Novembro, para ser a candidata do PS à presidência do município de Alcanena.

A sua candidatura foi confirmada na reunião da Comissão Política Concelhia, de que é presidente, realizada no passado dia 22 de Dezembro.

Fernanda Asseiceira iniciou já contactos com vista a constituir em cada uma das freguesias do concelho as melhores equipas que contribuirão, em articulação permanente com a Câmara, para dinamizar e valorizar o concelho a nível económico, social e cultural.

Um projecto autárquico “renovado e ambicioso” é o compromisso assumido para conquistar o concelho de Alcanena nas eleições autárquicas deste ano.

# Socialistas saúdam promulgação do Estatuto dos Açores

O PARTIDO Socialista congratulou-se com a promulgação do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, salientando que o documento é “globalmente positivo para as autonomias regionais”.

Em declarações feitas à Comunicação Social após o anúncio feito pelo Presidente da República, o porta-voz do PS, Vitalino Canas, sublinhou que com a promulgação deste diploma “conclui um processo legislativo longo” do qual o PSD saiu como o “grande derrotado”.

Quanto à última mensagem do Chefe de Estado relativa a esta matéria, o dirigente socialista referiu que esta “repete algumas das alegações e dúvidas expressas anteriormente” por Cavaco Silva.

“A Assembleia da República teve a oportunidade de se pronunciar nos termos constitucionais. E pronunciou-se com uma maioria bastante alargada – por dois terços dos deputados presentes – com a abstenção do PSD e sem votos contra”, lembrou Vitalino Canas, que não escamoteou a existência de uma “divergência política e constitucional” em relação ao alcance do Estatuto açoriano, designadamente no sentido de se saber se as competências presidenciais são ou não afectadas pelo diploma promulgado.

“É uma questão política e constitucional que poderia e deveria ter sido resolvida na sede própria”,



vinçou, explicando de seguida a posição política que os socialistas adoptaram ao longo do processo.

“Seria muito condenável se o PS, que assumiu uma posição antes das eleições regionais dos Açores a favor do actual estatuto, mudasse depois das eleições a sua posição”, afirmou Vitalino Canas, para quem o partido “foi, assim, coerente”.

“Creio que, do ponto de vista democrático, a atitude foi correcta”, acrescentou.

Depois, criticou fortemente a

actuação do PSD, dizendo que o principal partido da oposição “é talvez o mais derrotado nesta questão, porque andou a navegar à vista ao longo do processo”.

“O PSD foi o único partido que mudou de opinião sem se perceber porquê e procura agora sustentar que existe um braço-de-ferro ou uma guerrilha [do PS com o Presidente da República], coisa que não existe”, clarificou Vitalino Canas, defendendo que ao longo do processo de promulgação do Estatuto dos Açores

“passou-se apenas que os órgãos de soberania [Parlamento e Presidência da República], no âmbito das suas competências próprias, agiram como entenderam que deveriam agir”.

## Promulgação foi acto de superior interesse nacional

A terminar, Vitalino Canas considerou que “a cooperação” entre o Governo e o Presidente da República “não foi posta em causa” com o processo de promulgação do

Estatuto dos Açores.

Entretanto, o líder dos socialistas açorianos reagiu também, com visível satisfação, à promulgação do Estatuto dos Açores, classificando-a como “um acto de superior interesse nacional”.

“É um bom Estatuto para os Açores e um bom Estatuto dos Açores para o país”, referiu o governante regional, considerando que “seria um absurdo não o promulgar”.

Numa declaração publicada no sítio do PS/Açores, Carlos César afirmou que a promulgação presidencial do novo Estatuto constitui um “contributo para a unidade nacional em torno das autonomias regionais”.

“Trata-se do culminar de um processo de quase quatro anos de concertação entre as forças partidárias do qual o PS/Açores se orgulha, tendo em conta as dificuldades encontradas”, lembrou, reafirmando ainda a ideia de que o disposto no Estatuto dos Açores “em nada prejudica os poderes do Presidente da República”.

“É inaceitável que se utilize a nossa iniciativa legislativa, que foi séria e generosa, para intrigas palacianas em torno do relacionamento entre as mais altas instituições, como o fizeram, designadamente, o PSD e proclamados intérpretes da opinião presidencial”, denunciou Carlos César.

## Câmara de Mortágua lança 18 medidas para ajudar famílias e empresas

PARA ajudar as famílias e as empresas a fazer face à crise, a Câmara Municipal de Mortágua vai desenvolver este ano 18 medidas em várias áreas, abdicando de 16,62% da receita corrente.

“Vamos fazer tudo o que está ao nosso alcance para apoiar as empresas e as famílias, sobretudo as mais débeis. Quisemos aliviar um bocadinho a carga dos casais jovens, que têm encargos com habitação própria e filhos em idades escolar”, afirmou o presidente da autarquia, o socialista Afonso Abrantes.

Neste âmbito, na elaboração do Orçamento para 2009, que totaliza 13,67 milhões de euros, foram tidas em conta as consequências destas medidas, tomadas “em função da situação económica nacional e internacional”, disse o edil do PS, explicando que o município deixa assim de receber 1,2 milhões de euros de receita (16,62%).

Entre as 18 medidas encontra-se o congelamento dos valores das rendas dos fogos do bairro de habitação social do Gandarada, se em resultado da revisão anual se verificar o seu aumento.

Ao nível da habitação, está também prevista a isenção de todas as taxas na construção de casa própria para jovens e jovens casais e a isenção de 50% da taxa de



Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar nos prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e 25% nos prédios urbanos avaliados anteriormente.

A isenção de 50% das taxas nos processos de reconstrução ou reabilitação de edifícios

degradados integrados nos núcleos urbanos antigos das povoações é outra das medidas.

No que concerne aos serviços de apoio nos estabelecimentos de ensino pré-escolar público, todas as famílias terão prolongamento de horário gratuito e todas aquelas com crianças integradas no 1º, 2º e 3º escalão

não terão também de pagar alimentação.

Por “uma questão de equidade” com o 1º ciclo do ensino básico e por “razões de justiça social”, explicou Afonso Abrantes, serão fornecidos serviços de alimentação por 1,46 euros/dia às famílias com crianças integradas no 4º escalão.

As ajudas da autarquia vão também sentir-se ao nível dos impostos, tendo sido decidido fixar a participação na receita que lhe cabe no IRS em 2,5%, deixando assim 50% nos contribuintes.

Também a actualização no valor da inflação de todas as taxas e tarifas que o município cobra será congelada.

Por outro lado, para ajudar as empresas, a autarquia isentou-as das taxas de edificação para a sua instalação, desde que criem no mínimo cinco postos de trabalho, e também do imposto sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis adquiridos para exercício da sua actividade.

A redução em 2/3 da taxa da Derrama a pagar pelas empresas cujo volume de negócios não ultrapasse os 150 mil euros e uma redução de 1/3 da taxa a pagar pelas restantes e a não aplicação da taxa municipal do direito de passagem de comunicações electrónicas são outras das medidas previstas.



# Mulheres socialistas querem maior presença feminina nas listas do PS

INCLUIR pelo menos uma mulher num dos lugares elegíveis das listas de candidatos do PS pelo distrito de Bragança às próximas legislativas seria um sinal político decisivo e mais uma prova de que o nosso partido está na linha da frente no cumprimento da lei da paridade, defendeu a camarada Júlia Rodrigues, ao tomar posse como presidente do Departamento Federativo de Mulheres Socialistas de Bragança, no passado dia 11 de Janeiro.

Perante várias dezenas de militantes e simpatizantes socialistas reunidas na Biblioteca da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, Júlia Rodrigues advogou igualmente que mais mulheres deveriam ser candidatas às câmaras municipais nas listas do PS.

A também presidente da Concelhia de Mirandela declarou que “em tempo oportuno serão anunciadas as candidaturas às autárquicas”, adiantando estar disponível “para todas as lutas que o PS queira fazer”.

Neste II Encontro das Mulheres Socialistas de Bragança o início da sessão dedicada à participação feminina na política ficou marcado pelo visionamento do filme “Minha Terra... Meu Amor...”, com imagens dos 12 concelhos do distrito, das culturas, tradições, festas e costumes do povo transmontano, que realçou a alma das suas gentes.

As boas-vindas foram dadas pela presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Maria Manuela Augusto, e pelo presidente da Federação Distrital de Bragança, Mota Andrade, que sublinhou a importância destas iniciativas e do empenhamento da Federação no cumprimento da Lei da Paridade, nos actos eleitorais de 2009.

“O PS é um partido justo e igualitário, sendo a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, um assunto prioritário na agenda política de todos os responsáveis”, afirmou o líder dos socialistas de Bragança.

Após a cerimónia da tomada de posse do Conselho Político do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas do distrito de Bragança, presidido por Júlia



Rodrigues, a camarada Maria Manuela Augusto apresentou o livro “Na política as mulheres são capazes”.

E realçou a importância do papel das mulheres na vida política, apontando como dificuldades a conciliação da vida familiar com as actividades políticas.

Destacou ainda a problemática do acesso das mulheres aos lugares de decisão, o combate à violência doméstica, o compromisso do Partido Socialista na promoção da igualdade de géneros, salientando o orgulho que sente pelo PS ser o pioneiro e criador da Lei da Paridade.

“A partilha de problemas comuns e a união de esforços entre mulheres socialistas permitirá, no futuro, encontrar soluções corajosas para os desafios que enfrentamos”, sustentou a dirigente socialista, para quem os preconceitos e estereótipos sociais ainda se mantêm como obstáculos à participação feminina na vida política, partidária e até profissional.

Por isso, a presidente do DNMS considerou que a obrigatoriedade de todos os partidos incluírem nas listas homens e mulheres de forma equilibrada e o aumento da licença de parentalidade são medidas que, a longo prazo, contribuirão para a melhoria da nossa democracia.

“O PS deu um contributo enorme para que a situação começasse a mudar, mas só a longo prazo estas medidas darão seus frutos”, concluiu.

No espaço de debate “As Mulheres e a Política” participaram como oradoras Maria de Lurdes Pontes, presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo; Berta Nunes, coordenadora da Sub-Região de Saúde de Bragança; Graçinda Peixoto, vereadora da

Câmara Municipal de Vila Flor; Teresa Barreira, directora do Centro Distrital de Segurança Social; Ana Rodrigues, antiga deputada pelo distrito de Bragança e Rita Messias directora de um centro de Novas Oportunidades, que partilharam com a assistência a sua experiência e a sua visão sobre o tema, dando nota de diferentes papéis da mulher na comunidade e dos desafios que se colocam à necessária participação feminina.

Após uma animada e participada sessão de apresentação e discussão de ideias e propostas de actuação, Júlia Rodrigues encerrou o encontro apontando a renovação e a igualdade de oportunidades como marcas distintivas do Partido Socialista, destacando ainda o contributo das mulheres para uma sociedade mais justa e equilibrada no desempenho de géneros e na construção de novas gerações.

## Empossados órgãos do DFMS de Vila Real

Entretanto, no passado dia 12 de Janeiro tomaram posse as eleitas socialistas do Departamento Federativo das Mulheres de Vila Real: a sua presidente, Brigitte Gonçalves, e o Conselho Político, tendo sido apresentada e ratificada a composição do Secretariado.

Numa sessão em que foi analisada a actualidade política nacional e questões da vida interna do nosso partido, bem como as propostas de actividade do Departamento Federativo para 2009, a camarada Brigitte Gonçalves fez um balanço “positivo” dos seus dois anos de mandato, ao longo dos quais – recordou – foi solidificada a estrutura do departamento federativo de Vila Real, que deu o seu

melhor contributo para as campanhas do IVG e as celebrações do 8 de Março, entre outras iniciativas.

“Sendo certo que ficou a sensação do dever cumprido, é verdade também que ficou uma clara noção de que muito resta

ainda por fazer”, afirmou Brigitte Gonçalves, lembrando de seguida as dificuldades acrescidas com que se deparam as camaradas de Vila Real para mobilizar mais mulheres e um maior número de estruturas socialistas locais, dada a grande extensão do distrito.

Perante uma numerosa assistência, em que também marcaram presença alguns camaradas homens, a presidente do DNMS, Maria Manuela Augusto, e o presidente da Federação do PS de Vila Real, Rui Santos, Brigitte Gonçalves saudou “o trabalho pioneiro” desenvolvido pelo PS ao fazer aprovar, no Parlamento, a Lei da Paridade.

Para a dirigente socialista, “o caminho da igualdade tem sido trilhado e é para continuar”, mas as políticas de género, “que são também políticas sociais e de esquerda”, precisam de ser efectivadas com homogeneidade no interior do nosso partido.

“Urge passar da teoria à prática e impor que os Estatutos se cumpram, em todas as estruturas, particularmente no que diz respeito às quotas”, defendeu, considerando ainda que aos departamentos federativos de mulheres cabe também a tarefa de ajudar a fiscalizar o cumprimento dos preceitos estatutários neste ponto.

Em 2009, “um ano difícil”, a camarada Brigitte Gonçalves propõe-se continuar com o trabalho de afirmação do seu departamento de mulheres de Vila Real através de uma participação militante e consistente nas batalhas eleitorais que se avizinham.

“Este ano eleitoral vamos dar o nosso contributo, mas queremos também ver aplicada a Lei da Paridade como ela deve ser aplicada internamente”, rematou. M.R.

## OPINIÃO



MIGUEL GINSTAL  
Deputado do PS

*O dr. Fernando Ruas apresentou com gáudio o maior orçamento fiscal de sempre, feito à custa do emagrecimento dos orçamentos das famílias e das empresas, visando apenas as eleições autárquicas que aí vêm*

## GINESTAL DENUNCIA RUAS: OLHA PARA O QUE DIGO AO PAÍS, NÃO OLHES PARA O QUE FAÇO EM VISEU

ONTEM [2008-12-17], com enorme perplexidade, o país ouviu o presidente da ANMP anunciar que as autarquias vão prescindir de 555 milhões de euros de receitas para ajudarem as famílias a minimizar os efeitos da crise.

Porque, quando se afirma que as câmaras reduzem impostos às famílias, e se isso acontece em alguns municípios, em Viseu é sempre ao contrário, sobrefiscalidade municipal sobre as famílias e as empresas para suportar gastos do município em obras de duvidosa utilidade e discutíveis benefícios para os cidadãos.

Porque, este pacote de medidas, agora anunciado, advém da previsível diminuição da fiscalidade municipal (IMI, IMT, IRS, Derrama) e do não aumento de taxas e licenças municipais e das rendas das concessões à EDP.

Mas o presidente da ANMP e simultaneamente presidente da Câmara Municipal de Viseu é exemplo contrário dessa anunciada intenção.

Porque, no Orçamento para 2009, o dr. Fernando Ruas não contempla nenhum apoio às famílias, não revela qualquer preocupação social, não apresenta boas práticas para combater a crise, antes pelo contrário, persiste numa lógica de agravamento da sobrefiscalidade municipal sobre os viseenses. O objectivo político do dr. Fernando Ruas é arrecadar a receita máxima”.

Porque, a receita municipal do IMI vai aumentar 19%, em 2009, bem como no conjunto, os impostos directos; porque rejeitou a proposta dos vereadores do Partido Socialista para que em 2009, a autarquia apenas participasse em 3% no IRS dos viseenses; porque não pratica um tarifário social para os consumidores dos serviços municipalizados de água e saneamento; porque, impôs a tarifa de disponibilidade para não perder a receita da abolida tarifa de aluguer de contador da água. Porque a Derrama é a máxima para as empresas com volume de negócio superior a 150 mil euros. O dr. Fernando Ruas apresentou com gáudio o maior orçamento fiscal de sempre, feito à custa do emagrecimento dos orçamentos das famílias e das empresas, visando apenas as eleições autárquicas que aí vêm.

Porque, para a acção e habitação social, apenas estão previstos 1,8% de um orçamento municipal, globalmente estimado em 91 milhões de euros. Tamanha insensibilidade social da política do PSD na Câmara Municipal de Viseu é constante, vejam-se os atrasos da avaliação dos projectos dos promotores sociais ou no licenciamento das obras das IPSS. Onde se deveria ter ajuda e cooperação, pratica-se o contratempo e o desespero.

Assim, a “ajuda” do município aos mais desfavorecidos e aos chamados “novos pobres” do concelho, resume-se ao anunciado refeitório social. Muito pouco para quem como o PSD não consegue disfarçar a ausência de políticas sociais consistentes no concelho de Viseu.

Portanto, infelizmente para os viseenses, o presidente da Câmara de Viseu, Fernando Ruas provou que é verdade o ditado popular: “Olha para o que digo ao país, não olhes para o que faço em Viseu”.

## OPINIÃO



**JOSÉ LUÍS CARNEIRO**  
Presidente da Câmara  
Municipal de Baião

*Cada vez mais, as autarquias, pela sua relação de proximidade com os cidadãos, serão convocadas a assumir novas atribuições e novas competências*

## A REFORMA DO ESTADO E OS NOVOS PODERES LOCAIS

OS ESFORÇOS de cooperação e integração internacionais dos estados, desenvolvidos muito intensamente nos últimos cinquenta anos, a par do ajustamento ao nível das suas funções de soberania, sociais e económicas, bem como das alterações em curso no âmbito da qualificação da representação política, têm promovido um debate e, por vezes, uma prática política que vai no sentido de conferir novas responsabilidades aos estados e novos modelos de organização político-administrativa territorial.

De facto, a integração política e económica dos estados em instâncias de cooperação e de regulação internacionais, como acontece com a Organização Mundial de Comércio (OMC), com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), ou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com a União Europeia, para dar apenas quatro exemplos de instituições onde emanam princípios e orientações de organização económica e social, com reflexos nas orientações e dimensão das políticas públicas, leva a que as administrações centrais tenham necessidade de proceder a um ajustamento à estrutura de organização político-administrativa.

Em função deste contexto histórico, momentos houve em que, por força das circunstâncias de natureza financeira e económica, se produziu um amplo debate sobre o modo como os Estados e os actores económico-financeiros se deveriam adaptar às difíceis conjunturas sentidas em 1973 e 1979. Tanto em 1973 com em 1979 esteve em risco o modelo de Estado Social, herdado do pós-guerra e assente num compromisso, sempre precário e fundado no keynesianismo, entre o Estado, o trabalho e o capital. Foi este o compromisso que permitiu os chamados “trinta gloriosos anos”, expressão utilizada para retratar um crescimento económico duradouro e sustentado por um período de trinta anos.

O contexto económico da década de 70, com reflexos na década de 80, marcado pela crise financeira internacional, pela criação do “mercado secundário da dívida” e pelas “titularizações”, originou um conjunto de mudanças ao nível das políticas públicas no sentido de se avançar com a reestruturação das funções tradicionais do Estado. A praxis política liberal conduzida na Inglaterra por Margaret Thatcher e nos Estados Unidos da América por Ronald Reagan contrastava com o modelo de Estado Social defendido na Europa por Jacques Delors, e inspirador da política de coesão social e territorial europeia. Desta clivagem resultou a adopção de um conjunto de mudanças ao nível dos modelos de organização dos Estados.

Era necessário reformar o Estado e adequá-lo aos desafios da internacionalização e globalização do mundo económico e financeiro. A partir desse momento, fins da década de oitenta e inícios do decénio de 90, muitos dos conceitos económicos liberais desen-

volvidos e aplicados no universo das empresas foram adoptados e incorporados na dimensão da organização, administração e gestão pública.

Fruto desta realidade internacional, em permanente e acelerada mudança, algumas das transformações na configuração do modelo de Estado Social foram empreendidas em muitos dos países europeus durante a década de 80 e 90, de tal modo que, nalguns casos, estão hoje a realizar um segundo e um terceiro ajustamentos à sua estrutura político-institucional e ao seu quadro de actuação económica e comercial. Portugal, fruto do seu atraso histórico no plano das conquistas político-democráticas, sociais e económicas, fez, durante anos, um percurso que, em detrimento da reforma das estruturas do Estado, tornando-as mais abertas, ágeis e capazes de estimular a liberdade e responsabilidade cívica individual e social, caminhou no sentido oposto ao percurso empreendido na Europa mais desenvolvida. Daí que as sucessivas tentativas de reformar a Administração Pública e de promover o mérito e a qualidade encontrem poderosos interesses conservadores alicerçados em poderes ideológico-partidários cuja sobrevivência depende de partes desses sectores que, nalguns casos, “capturaram” o interesse público, embora utilizando uma linguagem radical na pretensa defesa do mesmo.

Por força destas e de outras circunstâncias, promover a mudança no paradigma de concepção e de organização da estrutura burocrática do Estado em Portugal para salvaguardar o essencial do modelo social europeu deve constituir o objectivo primordial do Governo. O que, aliás, tem sido prosseguido com determinação, embora os últimos acontecimentos no mundo económico e financeiro estejam a colocar em causa paradigmas de organização social, económica e política até aqui considerados “caminho único”.

Contudo, acontece que estas mudanças ao nível do Estado irão exigir maiores responsabilidades ao nível da administração municipal, sobretudo nos sectores da Educação, da Saúde e da Acção Social. Cada vez mais, as autarquias, pela sua relação de proximidade com os cidadãos, serão convocadas a assumir novas atribuições e novas competências. E será este movimento de transferência de responsabilidade da administração central e desconcentrada do Estado para as autarquias municipais a suscitar a necessidade de estas transferirem para as autarquias de freguesia atribuições até aqui abordadas, administradas e geridas em termos administrativos municipais.

Julgo que será este movimento, a montante e a jusante, a exigir uma reconfiguração político-administrativa do modelo de organização autárquica, particularmente ao nível das freguesias e a suscitar novamente o debate sobre a necessidade de institucionalização das regiões administrativas. E este é o momento apropriado para promover este debate e avançar com estas mudanças.

## Governo promove estágios no estrangeiro para jovens desempregados

O LANÇAMENTO dos programas de estágios profissionais no estrangeiro INOV-Art e INOV-Mundus contribui para que Portugal seja “um país de oportunidades para os jovens” e se afirme internacionalmente, defendeu o primeiro-ministro, José Sócrates, no passado dia 9 de Janeiro, ao apresentar publicamente ambas iniciativas, no Palácio Foz, em Lisboa.

“Com estes dois programas damos um bom contributo para a melhoria da política externa, para a melhoria da política cultural e cria condições para que os jovens façam aquilo de que gostam e para desenvolvam o seu potencial”, afirmou José Sócrates, que definiu assim, muito claramente, uma “aspiração” central da governação socialista.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro lembrou que a primeira medida aprovada em Conselho de Ministros pelo seu Executivo foi o programa de estágios profissionais INOV-Jovem e que os dois programas agora apresentados vêm no seguimento dessa política de “oportunidades para todos”.



Explicou de seguida que o INOV-Art e o INOV-Mundus são programas de estágios no estrangeiro que permitirão que jovens portugueses “se formem no desafio e na exigência da economia global, alargando seus quadros mentais”.

“Portugal só foi grande quando foi universal”, venceu Sócrates, numa cerimónia em que participaram também o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, o ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho.

A propósito do INOV-Mundus, destinado a pro-

mover a qualificação e inserção de jovens licenciados em projectos de cooperação para o desenvolvimento, o primeiro-ministro disse que os seleccionados irão “cooperar para a afirmação da imagem de Portugal no mundo”.

Já no que diz respeito ao INOV-Art, referiu que este programa visa “dar oportunidades a jovens talentosos – independentemente de terem ou não habilitações académicas – que tenham mostrado que têm talento”.

“Dá-se um passo sem retorno para que jovens artistas portugueses saibam que têm um país que olha para eles, que percebe a importância que eles têm”, declarou.

### ■ INOV-ART

ESTE programa gerido pela Direcção-Geral das Artes do Ministério da Cultura vai apoiar jovens na realização de estágios em entidades internacionais de referência no domínio das artes, estimulando a sua inserção profissional e internacionalização.

A iniciativa pretende abranger 200 jovens que tenham entre 18 e 35 anos, que estejam desempregados ou à procura do primeiro emprego e que possuam qualificação específica do domínio cultural e artístico.

O período do estágio poderá ir dos três aos nove meses, desenvolvendo-se em organizações profissionais no estrangeiro e contribuindo para o desenvolvimento de projectos, em cooperação internacional, por parte dos estagiários, com incidência no âmbito europeu, e nos espaços lusófono e ibero-americano (ficha de inscrição em [www.dgartes.pt](http://www.dgartes.pt)).

Trata-se, pois, de um iniciativa que visa estimular consistentemente a profissionalização e a melhoria das competências profissionais de jovens que trabalham ou querem trabalhar na área da cultura, desde criadores, a programadores, a técnicos de luz e som, num amplo leque de profissões no domínio cultural.

As áreas abrangidas pelo programa são as artes visuais, artes do espectáculo, dança e música, escrita e edição, design, cinema e audiovisual, arquitectura e restauro, gestão das áreas artísticas, indústrias criativas, marketing, serviços educativos e actividades e meios artísticos.

Em 2009, o programa vai ter duas fases de candidaturas – entre 9 e 28 de Fevereiro e entre 16 de Abril e 30 de Maio –, podendo a iniciativa ter continuidade em 2010 se tiver sucesso.

Os estagiários terão direito a viagem de ida e volta paga ao país correspondente, bolsa, subsídio de alimentação e alojamento, bem como acesso à Internet no valor máximo de 50 euros.

### ■ INOV-MUNDUS

DESTINADO a promover a qualificação e inserção profissional de licenciados em projectos de cooperação para o desenvolvimento, o INOV-Mundus será gerido pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) do Ministério dos Negócios Estrangeiros, prevendo beneficiar 250 jovens licenciados desempregados, com domínio da língua inglesa, que tenham até 35 anos.

Ao longo dos próximos três anos, com estágios individuais de duração entre um mínimo de oito e um máximo de 12 meses, os jovens trabalharão em entidades e organizações vocacionadas para acções na área do desenvolvimento (ficha de inscrição em [www.ipad.mne.gov.pt](http://www.ipad.mne.gov.pt)).

O processo de candidatura “deve reflectir as prioridades estratégicas da cooperação portuguesa, bem como as condições de trabalho, a formação e o apoio que possibilitem a obtenção dos objectivos definidos pelo INOV-Mundus”, lê-se no documento de divulgação do programa, elaborado pelo IPAD.

Os estágios serão preferencialmente realizados em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e o programa financiará a viagem, o subsídio de alimentação, o seguro e a bolsa de estágio.

# Cientistas e investigadores debatem a Ciência de Amanhã



“IDEIAS para a Ciência de Amanhã”, foi a iniciativa que o grupo “Geração de Ideias” promoveu no passado dia 9 de Janeiro, nas instalações no salão de Macau da Fundação do Oriente em Lisboa.

Dinamizado por um grupo de especialistas, esta iniciativa é constituída, entre outros peritos, por Tiago Outeiro, do Instituto de Medicina Molecular, Nuno Arantes de Oliveira, do grupo “Afama” e José Xavier, do Centro de Ciências do Mar.

A sala foi pequena para albergar investigadores e gestores da área de I&D, vindos, quer da área académica, quer das empresas, em especial das novas start-ups de base tecnológica, sector que nos últimos anos têm surgido em grande força em Portugal.

Para estes especialistas os indicadores portugueses de I&D “evidenciam um crescimento inegável”, com taxas muitas vezes superiores às dos parceiros europeus, o que nos aproxima, sublinham, “das metas internacionais, por exemplo na despesa de I&D/PIB ou no número de investigadores/população activa”.

Para que este patamar tenha sido alcançado, muito contribuiu, como defenderam, o investimento continuado que desde meados dos anos 90 tem sido canalizado para o sector, o que resulta hoje, de forma positiva, como defenderam, “na maior qualificação e formação dos recursos humanos doutorados e num aumento considerável da população científica nacional”.

Para além dos continuados investimentos públicos de que a ciência tem vindo a beneficiar, estes responsáveis frisaram, igualmente, o papel determinante dos privados que relativamente à execução de despesa em I&D, “cruzou finalmente os 50% do total nacional”.

Na sua intervenção, Tiago Fleming Outeiro, investigador no Instituto de Medicina Molecular, da Universidade de Lisboa, reconheceu ser possível e valer a pena voltar para Portugal e continuar aqui a fazer ciência competitiva.

Recordando o seu trajecto pessoal, e depois de vários anos a trabalhar em instituições norte-americanas, este cientista diz ter assumido não fazer qualquer sentido “comparar escalas de grandeza distintas”, recordando a este propósito, que o património de doações à Universidade de Harvard, por exemplo, “é equiva-



lente a 10% do PIB português”, não deixando, contudo, de incentivar “ao aproveitamento da capacidade de realização já conseguida em alguns focos de excelência nacionais”, nomeadamente, como referiu, “nas áreas das ciências da vida”.

Nuno Arantes de Oliveira, fundador e responsável máximo por uma jovem empresa farmacêutica com pólos nos EUA e em Portugal, partilhou a sua experiência empreendedora e resumiu algumas das vantagens de operar em mercados de menor dimensão e competitividade.

Com acentuou, nos últimos anos têm-se multiplicado em Portugal os parques tecnológicos e as incubadoras, com investimento na protecção da propriedade intelectual, embora, como reconheceu, o número de patentes, que representa um indicador comum do potencial de criação de valor da I&D “seja ainda considerado insuficiente”.

Na opinião de Nuno Arantes de Oliveira, mantém-se também o desafio de se conseguir uma mais adequada e eficaz articulação entre as universidades e os centros de investigação potenciando a transfe-

rência de tecnologia.

José Xavier, do Centro de Ciências do Mar, da Universidade do Algarve, um investigador empenhado na divulgação da actividade científica, relatou as suas experiências recentes nas actividades do Ano Polar Internacional, arrebatando a sala com imagens geladas da Antárctida e o entusiasmo e receptividade dos mais novos para com a ciência bem promovida.

Para este cientista, a mobilização da sociedade para com a agenda científica “é crucial, não só para o enraizamento da cultura científica, mas

também para a formação de uma população participativa e atenta”.

No entender destes peritos, Portugal tem vindo a assistir nos últimos anos uma transformação assinalável do seu potencial científico e tecnológico.

E a comprová-lo, lembraram, ainda estão os indicadores de actividade de I&D (Investigação e Desenvolvimento) que o ilustram de forma clara, como é o exemplo do número de publicações científicas referenciadas internacionalmente que cresceram sete vezes em 16 anos, o mesmo tendo acontecido com a despesa total em I&D que triplicou em duas décadas, atingindo, no ano de 2007, 1,2% do PIB, algo que nunca tinha sucedido em Portugal.

Esta dinâmica de desenvolvimento assenta no trabalho de 28 mil investigadores em actividade no território português, o que equivale a cinco investigadores por mil activos. Relação que apesar de constituir um significativo passo em frente em comparação com a quase estagnação do passado, ainda regista uma ligeira diferença quando comparada com os resultados já entretanto alcançados pelos nossos parceiros comunitários mais desenvolvidos, que tinham em 2007 cerca de 5,6 investigadores por cada mil activos, quando em 2005 no nosso país, este número se situava apenas nos 3,8 por cada mil habitantes activos.

Divulgar aspectos relacionados com questões ligadas à ciência, ao desenvolvimento das tecnologias e à investigação, passou a ser um elemento central nas políticas públicas, sendo hoje amplamente reconhecido que a apropriação crescente da cultura científica pela sociedade é um dos aspectos críticos que sustentam o desenvolvimento científico e tecnológico. R.S.A.

## OPINIÃO



**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

## ELEITORALISMO PURO

APÓS alguns meses em que foi alternando silêncios comprometedores com afirmações infelizes ou difusas, a líder da oposição fez finalmente uma proposta clara. Segundo ela, em vez de tomar medidas activas contra a crise, no apoio às empresas, na criação de condições favoráveis à manutenção do emprego em sectores de referência da economia ou no investimento público reprodutivo, o Governo deveria proceder a uma baixa generalizada de impostos.

Trata-se duma proposta politicamente consistente, que deve ser saudada com a mesma veemência

“A ideia do choque fiscal, se já era impraticável e não recomendável na primeira metade da década, é agora absolutamente inapropriada”

com merecer ser refutada por ser demagógica e puramente eleitoralista, protagonizando um estranho retorno do choque fiscal, já recusado pelos portugueses nas urnas e até por quem agora o propõe.

A ideia do choque fiscal, se já era impraticável e não recomendável na primeira metade da década, é agora absolutamente inapropriada. Significa desistir do país e do seu futuro num momento crítico para a sua afirmação numa economia em crise e em mudança.

Em tempos de dificuldades a força das políticas públicas em conjugação com os esforços da sociedade civil e do tecido empresarial são impulsores determinantes da resposta social. Descapitalizar e enfraquecer o Estado nestas circunstâncias não serve ninguém a médio e longo prazo. Provoca apenas uma fugaz ilusão de desafogo enquanto a estrutura de resistência à crise se apossa pela ondulação.

É esta sensação de fugaz desafogo que a líder da oposição quer explorar eleitoralmente, sem se preocupar com a enorme factura que resultaria da prática da inércia e do facilitismo político num tempo de movimento e forte exigência. Não terá sucesso. A cultura de exigência, rigor e reforma que está a ser praticada pelo actual governo é também um bom antídoto contra cantos de sereia desesperados e circunstanciais.

Capoulas Santos, presidente da Comissão Organizadora do XVI Congresso

# “PS sairá de Espinho mais forte e coeso”

Face à actual conjuntura de grave crise internacional, com reflexos inevitáveis no nosso país, Capoulas Santos afirma que o próximo Congresso Nacional do PS “não poderá deixar de ser um momento de grande unidade e mobilização dos socialistas para debater o futuro do partido e do país”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da COC refere o “enorme prazer” que lhe dá executar esta missão “pelo convívio que proporciona com o partido e os militantes”. Afirma, por outro lado, a convicção de que da reunião magna de Espinho sairá a confirmação de “um PS como partido responsável de poder e portador de um projecto de transformação progressiva de Portugal numa sociedade mais justa, equitativa e solidária”.

**Mais um Congresso Nacional do PS. Qual o espírito ou o clima desejável para esta reunião magna, atendendo ao facto de estarmos a começar um ano com três importantes combates eleitorais em perspectiva?**

O PS ao longo da sua história sempre esteve à altura dos desafios com os quais foi confrontado e sempre soube pôr os interesses nacionais acima de quaisquer outros, por maiores que fossem os custos eleitorais. Foi assim quando foi necessário defender a democracia em 1975, evitar a bancarrota no início dos anos 80, concretizar a adesão europeia em 86, aderir ao euro contra todos os cepticismos e foi assim também quando desenvolvemos um ciclo de governação com crescimento económico e sensibilidade social durante quase uma década. Também, depois de 2005, o PS tem estado à altura das suas responsabilidades executando com determinação reformas duras e inadiáveis sem, ao mesmo tempo, descurar o saneamento das finanças públicas e as políticas sociais.

Infelizmente, os momentos que vivemos de crise internacional não deixam de se repercutir em Portugal, apesar da resistência notável às adversidades externas que a nossa economia e o nosso sistema financeiro têm revelado.

O Congresso não poderá assim deixar de ser um momento de grande unidade e mobilização dos socialistas para debater o presente e o futuro do partido e do país e para afinar a estratégia que permita apresentar aos nossos concidadãos um projecto de futuro no qual se revejam ainda mais e nos permita

renovar, nos actos eleitorais que se seguem, o contrato de confiança que connosco celebraram em 2005.

**Qual o motivo que levou a COC a escolher Espinho para a realização do Congresso?**

Após criteriosa ponderação, a cidade de Espinho foi o local unanimemente escolhido pela COC para realizar o XVI Congresso. A escolha do local para um evento de elevada importância e simbolismo para os socialistas não foi tarefa fácil, dado elevado número de boas opções alternativas que estavam disponíveis. Muitas Federações e Concelhias aspiravam legitimamente ser anfitriões da nossa reunião magna. A COC, tendo em conta o contexto que vivemos, entendeu que deveria privilegiar o local que fosse mais cómodo e comportasse menores despesas para a maioria dos delegados e dos militantes que participarão no Congresso e que representasse menos custos para o partido.

Por mais surpreendente que tal possa parecer a alguns, 86% dos militantes do PS residem a norte do Tejo, maioritariamente no litoral, como é óbvio. O “centro geodésico” do partido situa-se assim no eixo Aveiro/Coimbra. Para além da sua localização e de ser um município de cuja gestão municipal o PS muito se orgulha, Espinho é extraordinariamente bem servido de acessibilidades, possui boas instalações para o Congresso e uma excelente capacidade hoteleira e de restauração.



Foi uma boa escolha e pude constatar com satisfação, em recente reunião conjunta com os presidentes das Federações, que todos compreenderam e aceitaram a decisão da COC.

**Quais as principais funções que estão atribuídas à COC?**

A COC, nos termos dos Estatutos do PS, é eleita pela Comissão Nacional, sob proposta do Secretariado Nacional. O Regulamento do Congresso atribui à COC atribuições genéricas para a “preparação e organização do Congresso e da eleição do secretário-geral e dos delegados”. A COC dispõe assim de uma ampla margem de manobra para decidir a localização do congresso, tratar dos aspectos relacionados com os espaços físicos e equipamentos e

actos do processo eleitoral e decidir sobre eventuais reclamações.

Todo o processo implica uma grande articulação com as Federações e as Concelhias pelo que, em boa verdade, também todas elas “integram” de facto a COC.

**Em que ponto estão os trabalhos da COC e quais as principais dificuldades com que se depara do ponto de vista humano e logístico?**

Depois de uma fase de recolha de opiniões e de sugestões visando melhorar o que no passado tem corrido bem e corrigir o que possa ter corrido menos bem e para introduzir as melhores inovações possíveis, estamos já na fase de plena execução das diversas tarefas. Quer no que diz respeito à organização do espaço físico quer à marcha do processo eleitoral. No que a este diz respeito o processo iniciou-se com o envio a todas as

Secções dos cadernos eleitorais e só terminará após a decisão sobre eventuais reclamações sobre as eleições cuja data limite de apresentação é 19 de Fevereiro.

A COC só dará por finda a sua missão quando for eleito o presidente do Congresso. A partir desse momento a COC sai de cena e será ao presidente e ao Congresso que caberão todas as decisões.

**O que o levou a aceitar, mais uma vez, o grande desafio de ser presidente da COC?**

É para mim uma honra e um

dever executar mais esta missão ao serviço do PS e dos seus militantes. Eu próprio e os camaradas que comigo integram a COC esperamos estar à altura de poder corresponder ao testemunho de confiança que a Comissão Nacional nos atribuiu, exercendo esta função com isenção, rigor e competência.

Confesso que, por outro lado, é uma missão que exerço com enorme prazer pelo convívio que proporciona com o partido e os militantes. Já tinha saudades da adrenalina que, devido ao ciclo político que estamos a iniciar, já se vive no PS.

**O que espera, enquanto militante, do próximo Congresso Nacional?**

Espero que o XVI Congresso fique na história do partido como a reafirmação de um PS mais coeso e unido do que nunca na sua pluralidade, portador de uma estratégia clara, perceptível pelos cidadãos e capaz de responder com êxito aos desafios com que Portugal e os portugueses estão confrontados.

Desejo que o Congresso reafirme que os valores perenes da solidariedade e da justiça social que compõem o ideário socialista democrático não são incompatíveis com respostas políticas pragmáticas e rigorosas para os problemas da nossa sociedade e da nossa economia. Estou certo que, de Espinho, sairá a confirmação de um PS como partido responsável de poder e portador de um projecto de transformação progressiva de Portugal numa sociedade mais justa equitativa e solidária.

**Para além dos membros da COC, quantos camaradas estão envolvidos neste momento na organização do próximo Congresso?**

Para além das empresas que foi necessário contratar para a execução de tarefas específicas para as quais a estrutura profissional do PS não tem capacidade de realizar, estão envolvidos na realização do congresso directamente cerca de 40 colaboradores permanentes do PS, para além naturalmente das muitas centenas de militantes que contribuem com o seu trabalho voluntário para uma infinidade de tarefas no próprio congresso e no processo eleitoral. A todos agradeço o contributo que já estão a dar e o muito que ainda darão até 1 de Março.

“Espero que o XVI Congresso fique na história do partido como a reafirmação de um PS mais coeso e unido do que nunca na sua pluralidade, portador de uma estratégia clara, perceptível pelos cidadãos e capaz de responder com êxito aos desafios com que Portugal e os portugueses estão confrontados.”

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>